

Para uma história dos índios do oeste catarinense*

*Wilmar da Rocha D'Angelis***

Introdução

O presente trabalho não quer ser propriamente a História Indígena do Oeste de Santa Catarina por algumas limitações básicas: o espaço do próprio trabalho; a falta de maiores pesquisas arqueológicas na região; a falta de levantamento e confronto de muitas fontes primárias (sobretudo a documentação interna das companhias colonizadoras); a própria falta de recursos e condições do autor para a pesquisa.

Apesar disso, pretende-se, com ele, contribuir à sistematização dessa História, principalmente na definição de um “fio condutor” que a amarre com a História do Sul do Brasil, no país como tal e toda a América Meridional. Por outro lado, um “fio” que amarre a história dos indígenas desta região com a história geral dos seus respectivos povos e, por ela, à história das culturas no continente.

Por isso, julgamos indispensável interpretar o processo colonizador como um todo, porque talvez não se possa compreender o desenvolvimento dos “Sete Povos das Missões” (RS) sem conhecimento da experiência jesuítica no Guairá (PR); talvez não se possa esclarecer a penetração por Guarapuava e Palmas sem discutir a destruição dos “Sete Povos” e a tomada de suas estâncias de gado por espanhóis e portugueses. Por fim, não seria possível compreender a significação do “Índio Condá” para a sociedade regional apenas por sua presença no Xaçepé.

É preciso ainda ressaltar que para uma História dos Guarani no Oeste, dispõe-se de escasso material coligido, compulsado e publicado. O que haverá na memória oral dos caboclos da região do Uruguai, da costa do Chapecó, de Mondaí, do Peperi ? E na memória dos colonos desses mesmos lugares ? O que haverá nos documentos das colonizadoras, nas correspondências de seus fiscais e agentes, nos relatórios e até mesmo nos Livros Caixa?

O que pode dizer a memória indígena atual?

Desse modo, o presente trabalho tenta recolher algumas questões dispersas entre as fundamentais, para buscar uma linha geral de interpretação da história da presença indígena e, mais que tudo, da penetração luso-brasileira na região em relação àqueles povos pioneiros.

Convém dizer que o autor não escreve pelo prazer de escrever. Nem deseja contribuir para mera “ilustração” do leitor. Trata-se de um compromisso com a sobrevivência e com a libertação de povos oprimidos. Resgatar e compreender a própria História é um passo fundamental para poder assumir o papel de sujeito – não paciente – da mesma História. E não há nenhum escrito, nenhuma interpretação histórica que não seja comprometida: ou será com a manutenção da ordem vigente, ou será com a construção de uma sociedade melhor para as pessoas.

Os povos indígenas no oeste catarinense no século XVI

A partir das informações da arqueologia¹, se tivermos em mente um mapa da Vegetação Original de Santa Catarina (mapa n.º 01), podemos fazer uma idéia da ocupação indígena à época em que os portugueses apontaram nas costas brasileiras, iniciando seu projeto colonizador na Améria.



Fonte: LAGO apud D'ANGELIS (1984, p. 35)

Olhando o referido mapa, devemos identificar a área de mata sub-tropical no Oeste Catarinense como de ocupação Guarani, so-

bretudo ao longo dos grandes rios e excetuando as bordas de campo. Por outro lado, identificamos como ocupação Kaingang a mata de Araucária e seus campos intermédios. E, como ocupação Xokleng, identificamos os Campos de Lages, Curitibaanos e Caçador e as matas de Araucárias a leste deles. A faixa intermediária de matas de Araucárias e campos, aproximadamente à altura dos Campos Novos e Rio do Peixe, possivelmente, desde aquela época, representava um limite indefinido entre as ocupações desses dois últimos povos.

Desse primeiro século de ocupação européia no Sul do continente há, pelo menos, dois episódios dignos de nota. O primeiro é a lenda da passagem de D. Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca pela região Oeste, entre 1541 e 1542. Com base nos próprios relatos de Cabeza de Vaca, no século passado, o Barão do Rio Branco mostrava que o itinerário do espanhol, que partiu do Litoral de Santa Catarina para atingir Assunção (Paraguai) por terra, seguiu pelo Norte do Paraná e não pelo Oeste Catarinense².

O segundo episódio importante é a presença do militar alemão Ulrich Schmidel (servindo ao governo de Pedro de Mendoza, em Assunção), que, entre 1552 e 1553, teria atravessado o Peperi-Guaçu e chegado à margem direita do Rio Uruguai, aproximadamente na região de Palmitos – segundo interpretação de Reinhard Mack (apud Ehlke, 1973:61) – onde encontrou uma povoação de indígenas da nação “Biessaie” (Mbiazais = Mbyás = Guarani).

Outra importante documentação colonial tem origem nos jesuítas do século XVII. Trata-se da famosa carta geográfica intitulada “PARAQUARIA VULGO PARAGUAI CUM ADJACENTIBUS”, que, segundo o Barão do Rio Branco, foi gravada em Amsterdam por J. Blaeu³ e é obra dos jesuítas espanhóis entre os anos de 1646 e 1649 (mapa n.º 2).

Nesse mapa, entre os rios Iguaçu e Uruguai, aparece a denominação “IBITURUNA” para os habitantes, juntamente com a representação de mais de uma dezena de aldeias nas matas e nos campos. Acima do Iguaçu habitaram os “CHIQUIS”. O mapa assinala,

ainda, as Reduções jesuíticas (missões com índios Guarani), identificadas por um sinal + e pelo nome.

Os jesuítas não penetraram nesse território. Suas Reduções do Guairá (1609-1629) permaneceram ao norte do Rio Iguaçu e as Reduções do Tape – após 1626 – ao Sul do Uruguai (mesmo, ao sul dos campos Kaingang de Nonai e Erechim). Enquanto estiveram no Guairá, os jesuítas mantiveram também missão entre índios “Gualachos” – grupos Jê da família Kaingang – pelo menos na Redução de Conceição de Nossa Senhora dos Gualachos, na região do rio Piquiri, e entre os “Coroados”, na de Encarnação, às margens do Tibagi (PR). Por eles, tinham contato indireto com os “Gualachos” do Uruguai, como atesta a Carta Ânua de 1628 de Pe. Montoya⁴. Após a transferência dos jesuítas para o Tape (RS), esse contato parece ter desaparecido e as informações indiretas da região Uruguai-Iguaçu passam a ter como fonte os Guarani Missioneiros. Por essa razão os habitantes do Oeste Catarinense aparecem ali com um dado em Guarani: Yby + intyra + uma = Inbituruna, ou “monte negro” (SAMPAIO, 1928:68).

Possivelmente, entre os Kaingang e Xokleng (esses, muitas vezes identificados como “Biturunas”) os jesuítas não faziam importante distinção. Quanto aos CHIQUI, do norte do Iguaçu, informa o Pe. Montoya ser “gentilidade de Gualachos que estão entre o rio Piquiri e o Yguaçu”⁵.



DO PRIMEIRO MAPA CONSTRUÍDO PELOS JESUÍTAS DA PROVÍNCIA DO PARAGUAI. OFFERECIDO AO R. P. CARRAFA, GERAL DA ORDEM, ENTRE OS ANOS DE 1645 E 1649, E CRAVADO POR J. BLAEU EM AMSTERDAM.

Publicado pelo Barão do Rio Branco na "Exposição que os Estados Unidos do Brazil apresentam ao Presidente dos Estados Unidos da América como árbitro – segundo as estipulações do tratado de 7 de setembro de 1889, incluindo entre o Brazil e a Republica Argentina". New York, (Gov. dos Est. Unidos do Brazil), 1894. Vol V- Apêndice Mapas, n.º 1.

Os séculos XVII E XVIII

Jesuítas, Bandeirantes e gado: 150 anos decisivos para o Oeste

Os jesuítas da Província espanhola do Paraguai entraram na região do atual estado do Paraná em 1609 e, no ano seguinte, já fundaram a primeira missão ou Redução de Loreto, no rio Parapanema (atual divisa Paraná – São Paulo). Os espanhóis, com “direito” a toda essa região pelo Tratado de Tordesilhas, fundaram aí a Cidade Real de Guairá (próxima à foz do Piquiri) e Vila Rica do Espírito Santo (no médio rio Ivaí). Esta região foi denominada, entre os rios Paraná e Tibagi, de Província de Guaíra (ou Guairá). Ao longo de duas décadas, os jesuítas criaram mais de uma dezena de reduções nessa região, a maioria delas com população de fala Guarani. Na parte mais ao Sul, localizaram a Redução de Santa Maria Maior, na margem do Iguaçu, pouco acima das cataratas e, na região central, fundaram a Redução de Conceição de Nossa Senhora dos Gualachos, no alto Piquiri.

Entretanto, de 1628 a 1630, a maior parte dessas missões foi atacada por tropas de Bandeirantes Paulistas, que escravizaram milhares de indígenas cada vez, levando-os para comercializar em São Paulo. Famoso por esses ataques ficou o bandeirante Raposo Tavares. Ao fim, sem poder oferecer resistência eficaz aos bandeirantes, os jesuítas transmigram para o Sul as populações restantes das Reduções de Loreto, Santo Inácio e da zona do cacique Tayaoba (MONTROYA 1985, p. 134-139). Os portugueses de São Paulo terminaram sua ação destruindo também as povoações espanholas de Vila Rica e Guairá.

Os fatos resumidos acima sobre o Guairá são importantes para a compreensão do desenvolvimento posterior de toda a história da região Sul do Brasil. A ocupação espanhola e a ação jesuítica entre os indígenas; a destruição das Reduções de onde os bandeirantes levaram mais de 60 mil escravizados a São Paulo (Gvdor de Buenos Aires apud MONTROYA 1985, p. 258) e, a regressão da ocupação espanhola à margem direita do rio Paraná vão abrir espaço a um

reordenamento da ocupação indígena tradicional de todo esse território, com reflexos para a região até o Rio Uruguai.

Na seqüência dos fatos, os jesuítas estabeleceram as novas Reduções Rio Paraná abaixo e na altura do médio Uruguai, região hoje representada pelo Sudeste Paraguai, Misiones Argentina e o Rio Grande do Sul (do paralelo 28 para o Sul). Os ataques paulistas prosseguem nas novas Reduções até que, autorizadas por Espanha a municiar os índios com armas de fogo, os jesuítas permitem a vitória indígena de Mbororé, em 1641. Após esse fato, cessam os ataques bandeirantes e as Reduções vão florescer por mais 100 anos. Sete das quais, no território do atual Rio Grande do Sul, com suas "estâncias" cheias de gado introduzido pelos jesuítas e criado solto ou "alçado". Estas reduções no Rio Grande do Sul ficaram conhecidas como Sete Povos das Missões, ou simplesmente, Sete Povos, devido à tradução que se fez da palavra castelhana "pueblo" (povoação) por povo.

Cabe esclarecer que os bandeirantes não molestavam os Kaingang e Xokleng porque não representariam escravos "de valor" ante os valorizados Guarani. Deve-se isso ao fato de que os Jê não eram de língua conhecida (enquanto os próprios bandeirantes falavam o tupi, da mesma família lingüística que os Guarani) e não eram, como os Guarani, tradicionais agricultores de hábitos sedentários.

Devido ao Tratado de Madri de 1750 que, em uma de suas cláusulas, escondia os reais interesses de portugueses e espanhóis em tomar dos "Sete Povos" suas fabulosas estâncias – os índios da reduções riograndenses estavam obrigados a retirarem-se para a margem direita do Uruguai. Como os índios resistiram, foram guerreados e finalmente vencidos, em 1756, pelos exércitos reunidos de Portugal e Espanha. Como se poderia prever, dominados os índios e conquistadas suas estâncias, a Espanha volta atrás em sua intenção de entregar a região de Portugal, e o Tratado de Madri é anulado em 1761. A pendência será resolvida pelo Tratado de San Ildefonso (1777) que redividiu tais estâncias de gado entre as duas potências.

O fato terá repercussões imediatas na economia da época. Vivia-se ainda a "febre do ouro", descoberta nas Minas Gerais no

Final do século anterior e a região das minas necessitava de tropas de muares para transporte (na sua ligação com o Rio de Janeiro) e gado vacum para alimentação. De imediato, a conquista do território missioneiro colocava à disposição da economia portuguesa vastos campos de criar e, sobretudo, vastos rebanhos. Na avaliação de Aurélio Porto, “mantinham os inacianos em média, cerca de meio milhão de cabeça de gado” (apud EHLKE, 1973, p. 122). Mesmo as estâncias que permaneceram com os espanhóis – até 1801 – integraram a economia portuguesa pela prática de contrabando (DOMINGUES, 1981, p. 73).

Nota-se que já “em 1755 se começou a cobrar em Sorocaba imposto sobre muares vindos do Sul” (MOTA apud MACEDO 1951, p. 48).

Sabe-se que desde 1730 se tinha acesso aos Campos de Vacaria, no noroeste do Rio Grande, pela Estrada dos Conventos aberta pelo Sgto. Mor Francisco de Souza e Faria (EHLKE, 1973, p. 34-35). A conquista dos “Sete Povos” em 1756 vai incentivar o trânsito pelo caminho aberto pela Lapa (PR) aos Campos de Lages (SC), até então perigoso para os tropeiros por atravessar territórios dos agueridos Xokleng (MACEDO, 1951, p. 67).

O Mapa de Olmedilla - 1775

É dessa época também o famoso “MAPA GEOGRÁFICO DA AMÉRICA MERIDIONAL dispuesto y gravado por D. Juan de La Cruz Cano Y Olmedilla”, datado de 1775. Reproduzimos (MAPA n.º 03) detalhe desse mapa utilizado pelo Barão do Rio Branco, em sua defesa da posição brasileira na “Questão de Palmas”, litígio brasileiro-argentino resolvido em 1895. No detalhe em questão identifica-se claramente a região Oeste Catarinense, localizando-se a Norte o “R. GRANDE DE CURITIBA n R. YGUAZU” e seu afluente “R. PERITIBA”, atual Rio Chopim; ao Sul, o “R. URUGUAI” e a Oeste os Rios “PEPERI-GUAZU” (desaguando no Uruguai) e “R. S. ANTONIO”.

Na região identificada, encontramos os nomes de populações indígenas "GUÑANAS" e "BITURUNAS" desde o Campo Erê até os Campos de Caçador e indígenas "TAPES" entre os Rios Macaco Branco e das Antas na margem direita do rio Uruguai.

No. 16

I KOM MAPA OF SOUTH AMERICA BY OLMFMLLA, GEOGRAPHER IN THE SERVICE OF THE KING OF SPAIN. AND AFTERWARDS (HEI) COSMOGRAPHER OF THE KINGDOM. ENGRAVED IN 1775 BY COMMAND OF THE KING OF SPAIN.



DO MAPPA DA AMERICA MERIDIONAL POR OLMELILLA, GEOGRAPHO PENSIONADO PELO REI DE NESPANHA E DEPOIS COSMOGRAPHO-MOR DO REINO. GRAVADO EM 1778 POR ORDEM DO REI DE NESPANHA.

Fonte: "Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentam ao presidente dos Estados Unidos da América..." New York, 1894. Vol. VI – Apêndice Mapas, n.º 16.

Como referimos antes, por "BITURUNA" muitas vezes foram identificados os Xokleng; e os "GUÑANAS" (Gunhanás) são os também chamados Goianás (D'ANGELIS, 1984, p. 8 e 25), denominação genética que se atribui a muitos grupos Kaingang na documentação do período colonial (D'ANDELIS, 1984, p. 07; BECKER, 1986, p. 40-44). Já a denominação "TAPES" surgiu como denominação genética de grupos Guarani a partir das Reduções no Rio Grande do Sul no século XVII, como informam os próprios jesuítas:

Por antonomásia puseram-lhe os moradores de toda a comarca o nome de 'Tape', que quer dizer 'a cidade'. A partir da grandeza deste povo ('pueblo' de S. Tomé) toma seu nome esta província, que comumente se chama de 'Província do Tape'" (MONTROYA, 1985, p. 212).

Posteriormente, passou-se a denominar Tapes a todos os Guarani da região. Destaque-se que a região em que Olmedilla localiza os "TAPES" em 1775, está muito próxima – se não for a mesma – daquela em que Ulrich Schmidel encontrou os Mbyá 220 anos antes.

O detalhe do Mapa de Olmedilla informa igualmente da presença dos "PINARES" a Leste do rio Guarita ("Uruguay Potã"), outra denominação atribuída a grupos de Kaingang, pelo fato de ocuparem matas de Araucária (Antonio Serrano, apud Becker, 1976, p. 42).

Avanço das frentes pastoris no Território Kaingang

Enquanto não era resolvido, nas Cortes, o impasse pela revogação do Tratado de Madri (sobre as posses portuguesas e espanholas na América Meridional), reservadamente, o Ministro Português, Conde de Oeiras, (depois, Marquês de Pombal) enviava ordens ao Governador da Capitania de São Paulo, em 1765, para que procurassem "dilatar os domínios de S. Magestade pelos sertões desse Brasil até o Rio da Prata" (MACEDO, 1951, p. 86). Segundo

MONTOYA (1985, p. 35), “La Plata” é o termo com que “comumente chamam” ao Rio Paraná.

Está evidenciado aí o interesse estratégico da penetração, ao lado dos interesses da exploração econômica (procura de ouro) que ficam também claros na correspondência trocada entre o Governador da Capitania e o Ministro Oeiras Carneiro (1952, p. 88).

O Tenente Cel. Afonso Botelho de Sampaio e Souza (sobrinho do Governador) foi encarregado de fazer as explorações. Após enviar duas expedições à região, este decidiu, em meados de 1771, por “pessoalmente ir aos campos”, partindo com mais 26 homens em novembro daquele ano (MACEDO, 1951, p. 89). Chegados aos Campos, em 28 de novembro, armaram rancho e passaram a explorá-lo. Nos dias 16 de dezembro e seguintes, realizaram contatos amistosos com indígenas que visitavam freqüentemente o acampamento português. Finalmente, ou por defender soberanamente seus campos contra a penetração portuguesa, ou por responder a defesa sofrida na expedição, os indígenas atraíram oito soldados ao lado do rio, matando sete deles, escapando apenas um que avisou os demais. A malograda expedição retirou-se daqueles campos em 11 de janeiro de 1772 (MACEDO, 1951).

O escritor paranaense Davi Carneiro (1952) divulgou documentos da época que atribuem o ataque aos índios “Xaclans”.

A conquista de Guarapuava e Palmas

A ocupação dos Campos de Guarapuava torna-se imperiosa somente no início do século XIX, em razão da economia portuguesa e em função da “geopolítica” colonial.

Do reconhecimento, já feito, passa-se à necessidade de incorporação dos ditos campos. O território das Missões riograndenses acabara de ser conquistado pelos espanhóis (Agosto de 1801) e era necessário consolidar a conquista, dando-lhe um acesso mais direto e econômico à feira do gado em Sorocaba – SP. De igual modo, toda a vasta região a Oeste dos Campos Gerais de Curitiba e da Estrada para o Sul,

via Lages, encontrava-se em “quase total abandono”⁶, o que suscitava preocupações de natureza estratégica, uma vez que a fronteira entre os domínios de Portugal e Espanha, nessa região, permanecia indefinida, por falta de acordo entre as metrópoles, apesar do Tratado de San Ildefonso.

A transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, colocaria esse e outros assuntos atinentes à ex-colônia na ordem do dia. A expansão do mercado de gado muar e vacum, em função da indústria extrativa (mineração em Minas Gerais) e, posteriormente, da lavoura cafeeira (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Vale do Paraíba – SP) exigia a expansão dos campos de criar, até então restrita aos limites da circunvizinhança da estrada para o Rio Grande do Sul. É natural que, para essa expansão, a frente pastoril se dirigisse para os Campos de Guarapuava, dos quais tinha-se notícias e certo conhecimento.

Decidida a ocupação, Dom João VI, Príncipe Regente, assinara a Carta Régia, de 05 de Novembro de 1808, dirigida ao Governador de São Paulo, mandando “suspender os efeitos de humanidade” e “considerar como principada a guerra “contra os ‘índios bugres’, habitantes dos campos de Curitiba e os de Guarapuava, assim como todos os terrenos que desaguam no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguai”. (apud MOREIRA NETO, 1972, p. 408-409).

A mesma carta trata minuciosamente da concessão de sesmaria nos Campos de Guarapuava.

Esta Carta Régia seria abrandada por outra, de 1º de abril de 1809. A nova Carta, porém, não retira do empreendimento o caráter de “guerra justa”, permitindo, na guerra, a prisão e escravização de indígenas por 15 anos, a contar de seu batismo.

Como interpreta MOREIRA NETO (1972, p. 383), “o essencial é a conquista e colonização do campos”, mas a Carta Régia de 1809 “nada fala de seus motivos últimos, talvez por razões diplomáticas”.

Real expedição e conquista de Guarapuava

Sob o comando do Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, a expedição, cuja primeira tropa partiu de Santos ainda em 1809, chegou aos Campos de Guarapuava em 17 de junho de 1810.

Da Real Expedição faziam parte mais de 200 homens, entre os quais o Tenente Antonio da Rocha Loures e o Alferes Atanagildo Pinto Martins. Da tropa que veio de Santos, o próprio Comandante Portugal revela “a maior parte... se declarou viciosa e abominável. Veio igualmente contaminada de moléstias” (MACEDO, 1951, p. 111). Era capelão da Expedição o Pe. Francisco das Chagas Lima, que fora missionário na Aldeia de Queluz, dos Puri-Coroado, em São Paulo.

Apesar da esperança colocada na “conversão e catequese” dos indígenas, a Expedição ia muito bem armada e municada, contando inclusive com “dois morteiros de bronze de pesado calibre”, fundidos e torneados no Arsenal do Rio de Janeiro, especialmente para esse fim (Idem, *ibidem*, p. 146).

No dia 16 de julho, um grupo de índios com seu cacique (“Pahy”, segundo escreveu o Pe. Chagas Lima) busca contato com a Expedição e a partir daí mantém relações amistosas com ela. A 29 de Agosto, porém, os índios sitiaram, por seis horas seguidas, a fortificação Atalaia da Real Expedição, mas foram repelidos, com grande número de mortos, pela ação inclusive dos morteiros (Idem, *ibidem*). Resta dúvida se os indígenas dissimulavam suas intenções para conseguir a expulsão dos invasores ou se estavam respondendo a uma ofensa ou agressão sofrida. A interpretação de alguns historiadores, repetindo o que dizem documentos da época, aponta que os indígenas estavam indignados com os portugueses porque estes não aceitavam as filhas que lhes tinham oferecido (Idem, *ibidem*).

Conhecido o poderio bélico do invasor, os indígenas afastam-se. Por um ano e meio os portugueses não encontram qualquer índio nas proximidades. Passado esse tempo, o Comandante Diogo

Portugal envia uma escolta aos alojamentos indígenas, e esta traz capturado “o índio de nome Pahy”, escreve o Pe. Chagas Lima (apud MACEDO, 1951, p. 125). A iniciativa tinha em vista, evidentemente, possibilitar a real ocupação da região, pois se os índios não ousavam mais atacar a fortificação portuguesa, é certo que os ocupantes não ousavam avançar nos campos, mais separados das tropas armadas.

Mantido preso por cinco meses, o índio conhece melhor a posição e capacidade bélica do invasor e, de acordo como o Pe. Chagas Lima, suas “intenções favoráveis a respeito dos nacionais do País”. Libertado após esse tempo, a 07 de Agosto de 1812, retorna ao Atalaia, acompanhado de sua gente e do cacique Candói com os seus (312 pessoas, ao todo). Esses primeiros a aceitar – ou buscar – aliança com os portugueses são identificados como de “duas Nações”: “Camés” e “Votorões”. (LIMA, 1943, p. 237).

O Camé denominado Pahy, batizado com o nome de Antonio José de Azevedo Pahy, recebeu o título de “Capitão dos índios de Guarapuava” pelo comandante Diogo Portugal (MACEDO, 1951, p. 153-154).

Como mencionamos em outra ocasião, (D'AGELIS, 1984, p. 09) “estava lançada a base da ocupação dos Campos de Guarapuava e de Palmas, com a submissão de um grupo Kaingang e com emprego da clássica técnica colonial de alimentar e explorar as lutas internas dos povos colonizados”. Por esse motivo é que os fatos acontecidos nos Campos de Guarapuava são fundamentais e indispensáveis para entender a penetração luso-brasileira na região do atual Oeste Catarinense.

Os Kaingang divididos

Diante da ocupação portuguesa em seus territórios considerada irreversível devido ao arsenal da Expedição – é provável que os “Camés” e os “Votorões” (se, de fato fossem grupos distintos) tenham optado pela aliança com poderosos invasores, como forma

de tirar partido disso, lançando-se contra grupos rivais. De fato, o Pe. Chagas Lima registra ataques em 1818 dos "Votorões, no Ocidente, aos 'Cayeres' de cuja nação aprisionaram sete, trazendo-os para Atalaia onde os venderam aos Portugueses" (apud Lima, 1943, p. 243). Os índios camés também fizeram incursões no sertão numa das quais teria morrido o Capitão Antonio Pahy. Em 1819, é escolhido para o posto de "Capitão dos Índios de Guarapuava" o índio Luiz Tigre Gacon, que teria enfrentado oposição dos Votorões e dos Dorins (MACEDO, 1951, p. 215). Em 1822, provavelmente, os Votorões assassinaram com porretes o índio Jacinto Doiangrê e sua mulher, que era o "maior amigo e companheiro de Gacon", e tachado pelos que o mataram de persegui-los (LIMA, 1842, p. 49). No ano seguinte, a horda inteira dos Votorões (cem indivíduos aproximadamente) se aportou espontaneamente da aldeia para os sertões da parte do Pinhão a distância de 12 léguas, levando consigo duas famílias de Camés já batizados, onde estiveram incomunicáveis até 1827" (Idem, ibidem, p. 58). Ano em que uma parte deles retornou.

Perseguidos pelos Votorões, os Dorins decidem a vingança sobre ao da Atalaia quando ela estava menos povoada. Em 26 de abril de 1825, os "Dorins" – possivelmente liberados por Tandó – atacam e destroem Atalaia. Morreram 28 "Votorões". Vingavam, segundo o Pe. Chagas Lima, "repetidos insultos, crueldades e mortes, que na sua corporação praticaram os aldeados" (LIMA, 1842, p. 49-50). Em 1827, "vieram à aldeia uma porção de 18 a 20 Dorins de ambos os sexos, para se refazerem de ferramentas, e amigáveis súplicas" mas, no mesmo dia em que chegaram, cinco deles foram assassinados pelos índios aldeados (Idem, ibidem: 51).

Os fatos citados querem apenas exemplificar os conflitos surgidos com a penetração portuguesa em território Kaingang e que, a partir de 1812, dividiu definitivamente esse povo indígena entre os favoráveis e os contrários à aliança e aceitação dos brancos. O relato de Arakchó a Telêmaco Borba, sobre seu antepassado Combró, demonstra exatamente este conflito interno de posições nas aldeias Kaingang (BORBA 108, p. 28-33).

A ocupação dos campos, entre os rios Pinhão e Cavernoso, pelas fazendas dos portugueses não significa a capitulação dos Kaingang ou, sequer, a submissão de grande parte deles. Significa a submissão de uma pequena parte da população Kaingang, que passa a desempenhar o papel de garantia da permanência invasora.

Isso explica a referência do Diretor Geral dos índios da Província de São Paulo, em 1867, às "tribos que, segundo informações colhidas de alguns sertanejos e dos mesmos índios aldeados, ainda habitam as matas de Guarapuava e tem sido tenazmente refratária a quantos meios persuasivos ou perigosos se tem posto em prática para fazerem parte do aldeamento". (OLIVEIRA, 1867, p. 24).

Esses grupos, que ele identifica como "Votorões" e "Camés", "jamais acederam às condições do aldeamento. Conservaram-se nas matas, levando a vida que lhes era própria, e sempre em guerra com os seus conterrâneos" (Idem, *ibidem*, p. 246).

Em 1826, as estimativas portuguesas para a população indígena na região eram de 152 indivíduos Camés. Os Votorões perfaziam 120 a 400 indivíduos pertencentes ao grupo de Dorins, que tinha "seu aldeamento à margem do R. Dorins onde fica o Campo das Laranjeiras"; ao passo que 60 indivíduos eram Xokrens, localizados" [...] entre os rios Iguassu e Uruguai...", além de 240 índios Guaranis, bárbaros assistentes (sic) nos bosques e faxinais inerentes ao Rio Uruguai", estimados, em 1821, entorno de 500 indivíduos (LIMA, 1943, p. 258).

A penetração na região de Palmas

A Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava dera ordens ao Comandante Diogo para a descoberta de um caminho "mais conveniente" e de direta comunicação da cidade de São Paulo com o Rio Grande do Sul e Campo das Missões. Para isso, foi encarregado o Tenente Manoel Soares do Valle. De suas explorações "resultou o mais amplo conhecimento dos campos e dos matos circunvizinhos e o melhoramento do trânsito pelos passos do

Iguassu, Chapecó e Goy-oen” (MACEDO, 1951, p.184). Determinada pela Junta a continuidade das explorações, Diogo Pinto encarrega da missão o Alferes Atanagildo Pinto Martins, com alguns homens e o índio Jongong, por guia (MACEDO, 1951, p. 184). Pinto Martins retorna, em janeiro de 1816, com o roteiro de “Vereda das Missões” (Idem, ibidem, p. 185). Alguns de seus homens e o guia Jongong, indo por outro caminho, não retornaram mais. O que se atribui é que foram mortos pelos Kaingang de Nonoai.

Em 1837, o Governo Provincial de São Paulo decidira a “descoberta” dos Campos de Palmas, o que é oficializado na lei de 16 de março daquele ano (BANDEIRA, 1851, p. 430). A economia pastoril reclama novos campos para sua expansão e a geopolítica do Império seguia as linhas mestras da estratégia de ocupação portuguesa. Adiantando-se, porém, à iniciativa oficial, fazendeiros de Palmeira dirigem-se a reconhecer os ditos Campos. Sabedores do fato, em Guarapuava, organiza-se também uma “bandeira” para a conquista de Palmas. Duas bandeiras encontram-se no campo, em 1839, e disputam a sua posse. Para julgar a questão, escolheram árbitros entre os moradores de Curitiba que decidem pela repartição do mesmo entre ambos os grupos.

Campos de Palmas e Campo Erê

É fundamental ter em mente a extensão dos Campos de Palmas. Estes campos estão, em sua maior parte, em territórios do atual Oeste Catarinense, abrangendo grandes extensões de terras nessa região. Pelo Mapa (n.º 04) é possível verificar que os ditos Campos de Palmas incluem, do Paraná atual, apenas os municípios de Clevelândia e Palmas, enquanto que do atual estado de Santa Catarina abrangem onze municípios, de São Lourenço do Oeste a Quilombo, a Oeste; até Caçador, Rio das Antas e Videira, a Leste. Desses municípios, seis têm a totalidade de seu território abrangida pelos referidos campos, e, outros quatro, mais da metade de seu território⁷.

Quando a documentação oficial fala de Campos de Palmas está se referindo, sobretudo, a terras do atual Oeste Catarinense. Por extensão, Palmas passou a designar a região, sobretudo após 1855, ano da criação da Freguesia (Paróquia) de Palmas.⁸ A Freguesia de Palmas ia até os limites da Província do Paraná com a de São Pedro do Rio Grande do Sul, ou seja, o Rio Uruguai; a Oeste, ia até os limites (então indefinidos) com a Argentina, (que o Brasil pleiteava situar os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio).

Com o advento da República, e até a solução do litígio dos limites entre Paraná e Santa Catarina, em 1916 (Contestado), toda a extensão da antiga Freguesia passou a integrar o Município de Palmas. Quando no período Imperial e na República, até 1917, os documentos mencionam Palmas estão, inclusive, referindo-se, de fato, a toda região Oeste Catarinense.

Ressalta-se que a ocupação de tais campos pelas fazendas de gado criou um cerco aos Campos do Bituruna, onde dominavam ainda os Xokleng e sobre os quais nem Condá nem Viry tinham qualquer ascendência ou poder. Esses Xokleng mantiveram essa área sob seu controle, praticamente, até a primeira década do século XX, e aí foram “pacificados” pelo Serviço de Proteção aos Índios – SPI, para que suas terras fossem, finalmente, entregues aos fazendeiros.

Pelo excesso de pretendentes aos Campos de Palmas, para os padrões de ocupação da época, dos integrantes das duas Bandeiras de 1839, trinta e sete fazendeiros estabeleceram ali suas possessões. Outros dirigem-se ao Campo Erê, mais a Oeste, seguindo informações dos Kaingang liderados por Condá. Condá, sua esposa e mais nove índios haviam acompanhado os árbitros vindos de Curitiba, desde Guarapuava até o local da contenda, permanecendo entre os fazendeiros por dois meses dos dois meses e meio quando se decidiu a questão territorial (D’ANGELIS, 1983, p. 05).

Em Campo Erê, os novos povoadores encontraram o “alojamento dos selvagens comandados pelo segundo chefe índio Virí” (BANDEIRA, 1851, p. 430).

O Índio Condá

Cumpré aqui esclarecer o papel de Condá nesse processo de ocupação brasileira que, iniciando em Palmas, em 1839, determinará a primeira penetração de efetiva ocupação no Oeste Catarinense, para atravessar o Rio Uruguai (Goio-En) e atingir os Campos de Nonoai em 1845.

Condá pertencia às hordas Kaingang, que haviam aceitado a convivência pacífica com os fazenderios em Guarapuava. Seu papel colaboracionista ficará marcado no apoio à penetração brasileira nos Campos de Palmas e, em seguida, de Nonoai, no Rio Grande do Sul. Este processo é descrito por historiados catarinenses (SANTOS, 1970, p. 34) do seguinte modo:

No Oeste a frente pastoril também fez guerra ao índio. Mas ali a figura do bugreiro foi rara. Habitualmente os integrantes da frente se associaram aos Kaingang de Guarapuava e por meio desses foram limpando os campos dos grupos hostis, persuadindo-os ao convívio pacífico ou movendo-lhes campanhas de extermínio. Os grupos de Palmas foram neutralizados pelos Kaingang de Guarapuava, enquanto as hordas do Nonohay foram estimuladas ao contato pacífico com os brancos pelos indígenas de Palmas.

As seguintes considerações do Capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira, Comandante do Destacamento em Palmas, ao Presidente de São Paulo, em novembro de 1840, isto é, alguns meses após a tomada dos Campos de Palmas, evidenciam, de forma bastante clara, a manipulação que faziam os brasileiros das rivalidades internas dos Kaingang:

No dia 20 de outubro p.p chegou o Índio Vitorino que lhe dei o posto de Capitão em nome do Ilmo. Sr. Presidente desta Província, e ele nomeou ao Índio Virí Tenente, o Mathias Alferes, e Manoel Sagento de sua companhia, que se compoem de 16 a 20 armas... Me dizem

os Índios querem armas de fogo, e munição, assim como ferramentas para trabalhar...

Lembra-se mais a ser possível fazer-se reviver a Carta Régia de 05 de novembro de 1808, revogada pela Lei de 27 de outubro de 1831 de serem cativos os Índios apanhados em ataques, tanto pelos índios como pelos brasileiros; porque tendo o Vitorino acérrima rivalidade com os Índios do Paiquerê, que cada certo tempo se atacam, se armam, e os que um apanhá-los e será o meio mais favorável de revitalizar o Vitorino com os que tem feito grande dano no Campo do Sul desde a Vila do Príncipe até Missões que de tudo ele dá notícia e pronto para ir batê-los para venderem; preciso de V. Excia. Faculdade para esta compra, e sua distribuição e condições⁹.

Condá no Irani

Condá era, assim, praticamente a peça chave de permanência brasileira nos Campo de Palmas. Sua ascendência sobre os diversos grupos Kaingang, habitantes dos sertões entre o Iguazu e o Uruguai, e mesmo da margem esquerda desse último – já território riograndense – é atestada por inúmeros autores, desde a “Notícia” de Pinto Bandeira. Este, referindo-se à colocação de Condá com Rocha Loures na abertura da Picada de Palmas às Missões (RG), assim expressa “aí se reconheceu o império que o Índio exercia sobre os mais chefes, que apresentando-se em atitude hostil nos campos de Nonohay, sua voz a bem de seu amigo, foi bastante para os desarmar, e franquearam-lhe a passagem (BANDEIRA, 1851, p. 435).

Este autor informa ainda sobre o lugar do assentamento autor informa ainda sobre o lugar do assentamento de Condá, quando da penetração brasileira em Palmas, esclarecendo que, em fins de 1840:

Foi um dos primeiros cuidados do Capitão Hermógenes Carneiro Lobo, marcar o lugar em que se devia estabelecer a povoação, e foram preferidos os lageados das Caldeiras e Cachoeira, para onde com as boas maneiras pode transferir a tribo de selvagens, de que já

falamos, comandada por Condá, a qual tantos receios causava, por estar até então estabelecida em uma campina chamada Iranin, a duas léguas do sertão (Idem, ibidem, p. 433).

As cabeceiras do rio Irani – afluente à direita do Rio Uruguai – acham-se em meio a campinas que são parte dos Campos de Palmas. Essas campinas, situada à altura do paralelo 27 e entre 51°45' e 52° Oeste de Greenwich, de fato encontram-se a poucos quilômetros das matas que cobriam o mesmo Irani nos seus cursos médio e inferior, assim como os demais pequenos formadores do Uruguai.

Que Condá fosse de Guarapuava, o atesta o mesmo Pinto Bandeira quando diz que Rocha Loures, “habitando na sua infância em Guarapuava ... teve ali conhecimento com o Índio Condá, também menino, que, depois retraindo-se aos bosques, se tornou formidável e temido entre os seus”. (BANDEIRA, 1851, p. 434). Condá, porém, não esclarece. O fato é confirmado por outra expressão do autor da “Notícia”, ao ressaltar que os árbitros nomeados pelos fazendeiros, viajando de Curitiba para os Campos de Palmas, “passando por Guarapuava tiveram (...) a fortuna de aí encontrar o Índio Condá, chefe da principal horda de selvagens, que ocupava Palmas, e mais dois índios com sua famílias, em número de 11 pessoas...” (Idem, ibidem , p. 428-429).

Riesemberg, que também informa ter Condá trazido “a gente da campina do Irani para os arredores do núcleo recém-fundado”(RIESEMBERG, 1978, p. 75), relata um episódio em que duas referências geográficas confirmam a identificação da Campina do Irani com as cabeceiras do Rio Homônimo. Baseado em Luiz Daniel Cleve e Antonio Alceu de Araújo, Riesemberg relata uma viagem de Pedro de Siqueira Cortes “para o Rio Grande do Sul, a comprar animais, quando, à altura de Curitibaanos, foi a sua comitiva atacada por uma horda de índios”. No ataque, Cortes feriu – com o cano de sua pistola – a face de um dos índios assaltantes. Esse índio era Vitorino Condá, que confessaria o fato, e que, segundo o referido Antonio Alceu Araújo, “se preparava no Xanxerê

para vingar-se”, quando foi surpreendido por um ataque de Pedro Siqueira Cortes acompanhado de índios ditos “mansos” (Idem, *ibidem*, p. 73). O fato, pelas indicações dos textos, deu-se antes de 1839.

Os locais mencionados são, portanto, Curitibaanos – onde ocorreu o assalto – e Xanxerê – onde Condá preparava a vingança. As cabeceiras do Irani (e, portanto, a Campina do Irani) encontram-se praticamente a meio caminho entre a Campina do Xanxerê e Curitibaanos.

O que, por fim, confirma o fato de que a “Campina chamada Irani”, de que fala Pinto Bandeira, é a campina que existe nas cabeceiras do Rio Irani e a toponímia Kaingang do lugar. Segundo os Kaingang, Irani é corruptela portuguesa de Rêni, que significa: “no campo”, “no gramado” ou “na campina” (D’ANGELIS, 1978, p. 82).

Ainda sobre o domínio incontestado Kaingang desta vasta região, e a ascendência de Condá entre esses Kaingang, vale reproduzir as palavras de RIESEMBERG: “Era realmente impressionante a ascendência de Condá entre os demais caciques, tanto em Palmas, como no Irani, como no Nonohai” (RIESEMBERG, 1978, p. 82).

Massacres e Bugreiros

Aldeado em Palmas, enviado pelo Comandante Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira, o cacique Condá realiza uma expedição a grupos Kaingang “arredios”, trazendo consigo além de algumas crianças brasileiras de ambos os sexos, duas tribos de índios com suas mulheres e famílias, que tinham deliberado deixar a vida errante e aldear-se, juntamente com os demais, nos Campos de Palmas”. (ELLITOH, 1980, p. 6-7).

Moreira Neto, com base no Relatório do Presidente da Província de São Paulo de 1844, informa que:

Um grupo de índios que tentava escapar ao aldeamento foi perseguido por uma escolta militar ‘e vinte e tantos índios de ambos os sexos, inermes, sem oporem resistência ativa, foram assassinados’. Vitorino Condá recebeu 200\$000 por sua participação e foi nomeado comandante dos

índios que reduzisse, o que dá à sua condição de bugreiro um caráter oficial". (MOREIRA NETO, 1972, p. 389-390).

Esses Kaingang são recebidos em Palmas e, pouco depois, em março de 1841, o Capitão Hermógenes demite-se do cargo por motivo de saúde, assumindo em seu lugar Pedro de Siqueira Cortes, seu rival (e, como se viu, rival também de Condá). Hermógenes segue para São Paulo, "levando consigo Condá e seus protegidos resgatados do mato", provavelmente para receber a recompensa já referida. Atesta o relato de Ellioth (1980b, p. 1-2):

A ausência de tal protetor foi funestíssima e fatal aos índios. Pessoas mal intencionadas começaram a espalhar boatos, que os indígenas premeditavam um ataque contra a povoação; e ou porque o comandante realmente acreditasse em tais boatos, ou (o que é mais provável) porque desejasse neutralizar todos os planos de seu rival, (...) o certo é que não perdeu tempo em deprecar força armada, como que se esta, tendo de vir de distâncias, pudesse obviar esse fantástico e sonhado ataque. Com a chegada deste auxílio organizou uma escolta sob pretexto de ir ao mato buscar os Índios, que se entretinham em suas inocentes caçadas, e os conduzir para a povoação; mas sua fixa intenção era de assassiná-los, porque em lugar de entregar à disposição de uma pessoa de humanidade, honradez e inteligência, escolheu para comandante um ignorante e brutal fanático, bem conhecido por sua ferocidade e malvadez. Dadas as instruções a este digno instrumento, que as devia executar, não era necessário ser profeta para antecipar as conseqüências e prever o desastroso futuro, que estava eminente. Chegada a escolta ao lugar onde estavam os índios abarracados, lhes foi intimada a ordem do comandante para seguirem à povoação. Os selvagens obedeceram submissamente, nunca suspeitando o infernal trama que estava contra eles surdido. Marcharam pois, seguindo a escolta e no dia da viagem, na saída de uma pequena campina (...) por um sinal dado, os índios foram de súbito acometidos, e ferozmente assassinados (...).

Uma segunda escolta foi então mandada em busca de algumas famílias que andavam dispersas do grosso da Indiana, e como era de esperar, a mesma tragédia foi repetida, e as mesmas atrocidades perpetradas (...). Depois destes gloriosos feitos de armas, as mulheres e crianças que tinham escapado da carnificina foram conduzidas, como em triunfo para a povoação; as chinas e alguns de seus filhos ainda pequenos entregues aos índios aldeados, e os mais vendidos, como escravos, àqueles que mais ofereceram.

O mesmo autor, contemporâneo dos fatos, afirma que o massacre ocorreu no Campo de Chapecó, onde morreram 106 pessoas (ELLIOTH 1980a, p. 13-4). Tal "Campo do Chapecó" não deve ser confundido com a cidade de Chapecó. Conhecendo-se a geografia da época, pode-se situá-lo nos Campos à margem norte do rio Chapecó, campos entre as atuais cidades de Abelardo Luz e Palmas.

Ainda na ausência de Condá, um dos grupos Kaingang insubmisso aos brancos decide tentar a expulsão dos fazendeiros de Palmas. No aldeamento de Palmas ficara o "tenente" Viry à frente dos então chamados "índios mansos". Compreendiam, os Kaingang revoltados, que a garantia que se aliaram aos "fóng" ("portugueses"). Por isso, segundo relato da época:

Na noite de quatro de março de 1843 (...) em número considerável, quando Condá estava ausente, vieram os tais selvagens atacar a nova e pequena povoação: divididos em dois grupos, primeiramente atacaram os índios já aldeados que se defenderam corajosamente com o fator da superioridade das armas¹⁰, matando-lhes oito, além de se fazerem algumas índias prisioneiras, e perdendo somente dois dos seus. E como este conflito despertasse a pouca gente da povoação que se pôs em atitude de defesa, fugiram os que a cercavam...(BANDEIRA, 1851, p. 433).

O líder da revolta contra Palmas seria o índio Vaiton (FERNANDES, 1941, p. 163) e, certamente, os atacantes avaliaram que a ausência do Condá lhes era favorável para conseguir a expulsão dos fazendeiros.

A vitória sobre os Kaingang insubmissos certamente consolidou a posição de Viry entre o seu grupo e garantiu-lhe o reconhecimento dos fazendeiros. Por isso, ao retornar de sua viagem a São Paulo, em 1843, Condá encontrou já parte do seu grupo decidida pela chefia de Viry. Do fato, resultou a separação dos dois grupos (Idem, *ibidem*, p. 164). Viry permaneceu em Palmas e Condá com seu grupo passa a colaborar em outros empreendimentos oficiais.

As estradas pelo Oeste Catarinense

Consolidado o povoamento de Palmas, a Presidência da Província de São Paulo incumbiu o Coletor de Rendas da Freguesia de Guarapuava, Alferes Francisco Ferreira da Rocha Loures: ... de abrir um picadão que partindo da Freguesia de Ponta Grossa, passando pelos campos de Palmas em direção à vila de Cruz Alta, comunicasse esta Província com o Rio Grande do Sul". (ROCHA LOURES apud D'ANGELIS, 1984, p. 27).

O trabalho é realizado em 1845, contando Rocha Loures com a indispensável colaboração de Vitorino Condá, conforme a referência antes transcrita, de Pinto Bandeira. Por sua vez, da tradição oral dos Kaingang de Nonoai temos a seguinte referência: "O índio Condá ele morava aqui (em Chapecó ou Santa Catarina). Quem era mesmo de Nonoai era o Nonowõyn não se dava com os brancos, sempre brigava. O índio Condá foi lá dizer prá ele: vamos parar, vamos acalmar. Então ele parou"¹¹.

A picada de Rocha Loures, cruzando os rios Chapecó e Chapecozinho, passava pela Campina do Xanxerê, Xaxim, pela Serra do Tigre, Pilão de Pedra, Passo do Carneiro e Goyo-En (Rio Uruguai). Atravessando esse rio, cruza os campos de Nonoai e segue para Cruz Alta, onde se liga à estrada que dá nas estâncias das Missões, vindo de Vacaria.

Na seqüência da abertura dessa estrada é criado, em 1846, o Aldeamento de Nonoai, pelo Governo da Província do Rio Grande

do Sul, junto aos Toldos Kaingang situados naqueles campos, sob a liderança do cacique do mesmo nome.

Por outra parte, o trânsito de tropas para o qual a picada foi aberta intensifica-se dia-a-dia e, por sua grande importância, já nos anos seguintes, entre 1854 e 1857, a estrada é inspecionada, com vistas e melhoramentos, nada menos que três vezes por engenheiros do Império (Beaurepaire Rohan, Gengembre e Hégré ville). O primeiro deles, em relatório de seus trabalhos ao Presidente da Província do Paraná – desmembra de São Paulo em 1853 – esclarece as vantagens da nova estrada:

Todas essas vias de comunicação, que têm relação com a questão, estão compreendidos entre a margem esquerda do Yguassú e a direita do Uruguay. Elas pertencem à estrada geral que do município de Castro se dirige, por Guarapuava, ao território das Missões, no Rio Grande do Sul, estrada de muita importância, porque tem sobre a do Rio-Negro, a vantagem de encurtar de muitas dezenas de léguas a distância que percorrem as tropas, no seu trajeto para a feira de Sorocaba, e a outra não menor, que é a de não atrevar o município de Lages, livrando-se, d'estarte, o comércio dos impostos ali estabelecidos, por conta da Província de Santa Catarina¹².

Se a estrada Palmas-Missões incorporou aos domínios do Império, vasta região do território Kaingang, entre os rios Iguaçu e Uruguai, essa incorporação ficou restrita até a instalação da Colônia Militar do Xapecó em 1882, aos seguintes pontos:

- **Fazendas de criação nos Campos de Palmas e Campo Erê:** as fazendas instalada no Campo de Palmas, até a data mencionada, praticamente não excediam, ao sul, a margem direita do rio Chapecozinho (isto é, ficavam ao Norte deste).

- **Pousos ao longo da estrada,** como os que foram se formando ao Passo do Xapecó, devido a agências de impostos ali instaladas (em frente de onde hoje se localiza Abelardo Luz, na margem Norte do Chapecó); no Xanxerê, no Passo do Carneiro (hoje Passo Bormann) e no Goio-En.

O sertão circundante aos rios Chapecó, Chapeco-zinho e Irani (cursos médios e interior), bem como as serras adjacentes não foram palmilhadas e, muito menos, ocupadas por brasileiros. Permaneciam território livre Kaingang, assim como as matas marginais do Uruguai. A economia madeireira ainda não se iniciara no lado brasileiro, e o que se ocupou na região, além de pastagens e um caminho mais direto às Missões, foram os ervais, que já se encontravam na rota do mesmo caminho.

Já nesse período (meados do século XIX), os interesses argentinos na região aumentavam, exatamente devido à exploração madeireira que iniciavam usando o curso do Rio Uruguai e à exploração ervateira, então em fraca expansão. Daí reacender-se, nesse momento, o litígio sobre os limites internacionais naquela zona, reivindicando a Argentina o território de Misiones (disputado ao Paraguai) e as terras situadas a Oeste dos rios Chapecó e Chopin (disputadas ao Brasil).

A ocupação efetiva do território torna-se, então, questão estratégica para a geopolítica do Império. Nesse contexto é que a abertura da estrada de Palmas a Corrientes torna-se inadiável. Os planos brasileiros previam, certamente, estabelecer uma situação de fato que lhe favorecesse na decisão do litígio, e preparar a ocupação definitiva (com povoações), quando essa decisão ocorresse.

De outro lado, confluíam para tornar inadiável a abertura dessa nova comunicação os interesses brasileiros do comércio de muares, abastecedores da lavoura cafeeira que se expandia em São Paulo. Uma vez que os principais centros produtores desses muares situavam-se em Corrientes e Entre Rios, na Argentina, e que pela rota vigente, para ganhar os Campos Gerais de Curitiba – onde se fazia a engorda antes de seguir a Sorocaba – precisavam ingressar no Brasil pelas Missões rio-grandenses, o produto chegava à lavoura cafeeira por demais encarecido. Mais uma razão que determinava a abertura da referida via (WACHOWICZ, 1979, p. 200-205).

É interessante notar que a abertura dessa estrada suscitava o debate entre os povoadores da região, debate esse bem descrito por Manoel Duarte Bogia do Balle (1983, p. 130-131).

Uns dizem que é para libertar o importantíssimo comércio de bestas da imposição do Rio Grande do Sul. Outros que os Corrientinos, com a notícia da navegabilidade do alto Uruguai (...) procuraram se assenhorear dos melhores ervais que existem nas proximidades daqueles rios. E outros, que ela tem por fim facilitar os meios da criação de colônias e outros estabelecimentos para quando se proceder o reconhecimento dos limites do Império por aquele lado, mostrarem um direito de posse.

Assim, Manoel Marcondes de Sá dirige a exploração dessa estrada em 1864, “desde o Campo Erê até o Cavarú-Coyá, nas proximidades dos de Corrientes”. Nessa exploração encontrará no Campo Erê “setenta e tantos brasileiros em perfeito isolamento por estarem separados de Palmas por uma mata de doze léguas”¹³. Esses brasileiros seriam os que entraram no Campo Erê em 1839.

Seguindo adiante, para Oeste, pelo divisor da águas, relata Marcondes de Sá: “além do Campo Erê encontrei vestígios dos índios que moram por essas paragens: uma partida deles caçava descuidadamente e foram encontrados por nossos picadores, porém, eles fugiram precipitadamente”¹⁴.

Trata-se aqui da região de mata de araucária na altura dos formadores dos rio Antas (SC), Marmeleiro e Tamanduá (PR), o que indica ser o grupo indígena em questão provavelmente Kaingang.

Informa o relatório citado, de Manoel Marcondes de Sá, que “parecendo mais conveniente pender antes para o lado do Uruguai, passando o Rio Parobangué, mandei o cacique Victorino Condá com mais pessoas suas ...”. Condá, seguindo ordens, encontrou os Campos que julgou serem os procurados do Cavarú-Coyá (já no atual território argentino) nos quais encontrou “dois toldos dos selvagens”, um deles com restos 13 ranchos e duas grandes casas, e descobriu que os tais índios possuíam boas ferramentas de corte e plantavam roças. Supôs Vitorino serem eles “capitaneados por Manoel Facram, antigo catecúmero da aldeia de Guarapuava”, o

qual, cerca de 30 anos antes, se retirara para o sertão com 50 ou 60 índios(idem, ibidem).

Condá em Nonoai – Aldeamento de Palmas e Xaçepó

Entre a participação de Condá na abertura da picada para o Sul e sua participação na exploração da estrada para Corrientes, Condá estabeleceu-se em Nonoai, no aldeamento recém-fundado junto aos Toldos do Cacique Nonoai. Condá ali esteve residindo pelo menos desde 1847 até o ano de 1856, quando veio estabelecer-se no Xaçepó (atual Abelardo Luz)¹⁵. Nesse período, atuou a soldo da Província do Rio Grande do Sul, na função de colaborador com o Governo, defendendo os fazendeiros de investidas de índios insubmissos.

Nesse trabalho, segundo consta no relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul (Apud MOREIRA NETO, 1972, p. 396):

como 'capitão' não só tinha sua função de 'bugreiro' equiparada à condição militar com direito a soldo e fardamento, como decidiu o Gov. Provincial 'dar-lhe gratificação mensal de 50\$000 logo que a aldeia tivesse 500 índios; depois se resolveu dar 5\$000 mensais por cada grupo de 50 que apresentasse.

As más relações entre indígenas e os Destacamentos Militares de Palmas e Guarapuava prosseguiram nessa época. Assim é que José Joaquim Machado d'Oliveira, Diretor Geral dos Índios, pede providências ao Presidente da Província de São Paulo, em Agosto de 1848, para que "obste o mau proceder do destacamento de Guarapuava" e, ao mesmo tempo, afirma que a mesma inconduta ou alguma coisa houve no aldeamento do campo de Palmas (...) pois que o destacamento dali apossando-se violentamente das roças do índios, deu causa a que estes abandonassem o aldeamento". (OLIVEIRA apud D'ANGELIS, 1984, p. 17)

À essa época, a população indígena do Oeste Catarinense iria distribuir-se pelo território em função de sua postura ante a ocupação brasileira. Os que aceitavam essa ocupação ou buscavam alianças com o invasor, aproximavam-se da estrada Palmas – Goio-En, ao longo da qual transitavam as tropas de gado e os extratores de erva-mate. A estrada vai se pontuando de paradas ou pousos, sendo os mais antigos o Xaçecó, o Xanxerê, o Palmital, o Passo do Carneiro e o Goio-En. Já os grupos hostis a esta penetração refugiam-se mais longe da rota da estrada, embrenhando-se no mato.

Como também o Rio Uruguai começa a ser freqüentado e utilizado como via de penetração e ocupação econômica (para a erva-mate e, em seguida, a madeira), também aí não poderão ficar tranquilos os grupos indígenas arredios ao contato. Nesse momento observa-se um retraimento rápido de grupos Guarani, até ali numerosos nas matas próximas do Rio Uruguai. A zona de refúgio mais segura para muitos desses grupos foram as matas de Misiones, na Argentina. Alguns deles permaneceram nos seus locais tradicionais até serem molestados pelas levas colonizadoras já no século XX.

Os Kaingang arredios teriam concentrados suas localizações no Irani e sua região Leste, no médio rio Xaçecó e região a Oeste dele. Os grupos Kaingang, simpáticos aos novos ocupantes, mantiveram-se na região de Xaçecó e Xaçecozinho (sempre no ponto de confluência com a estrada); no Xanxerê; no Passo do Carneiro, no Toldo da Serrinha e famílias no Palmital e no Goio-En.

Enquanto isso, grupos Xokleng aproximavam-se do rio do Peixe e ainda ocupavam a região entre os rio Timbó e Jangada, mas não se arriscavam a circular livremente nos campos abertos, assumindo a vida na mata cerrada, longe dos fazendeiros. Eventualmente, a caça ao gado impedia-os a alcançar a borda do campo.

A situação dos “Índios Mansos”

A situação dos chamados “índios aldeados” ou “mansos”, isto é, aqueles que se submeteram aos aldeamentos oficiais do governo,

não era de nenhum modo animadora e o fato certamente dava motivos aos Kaingang insubmissos a permanecer longe dos brancos. Veja-se, por exemplo, a situação dos aldeados de Guarapuava e Palmas na década de 1840:

Os Kaingang recentemente pacificados em Palmas sofriam de um lado o ataque de grupos hostis (...) de outro, as pressões de proprietários de terras que se esforçaram por ocupar seus territórios tribais (...). A valorização das terras servidas pela estrada contribuiu para que novas tentativas de deslojamento se exercessem contra as áreas ocupadas pelos indígenas. Ao mesmo tempo, a Assembléia Legislativa de São Paulo reclamava insistentemente a transferência dos índios de Guarapuava para o aldeamento de Palmas, medida por ela decretada em consonância com os interesses imobiliários já referidos. (...) o Diretor Geral Machado de Oliveira opunha-se à mesma, informando que o aldeamento de Palmas não havia recebido qualquer concessão de terras..." (MOREIRA NETO, 1972, p. 387).

Percebe-se aí claramente a função dos índios submetidos pelo colonizador em neutralizar a resistência e reação dos demais indígenas do território. Sabe-se, igualmente, que os Kaingang de Guarapuava receberam uma sesmaria que se confrontava com uma doada ao Pe. Francisco das Chagas Lima, em 1817. Na década de 1840, apesar das "terras garantidas", os fazendeiros pretenderem mandá-los embora. Consolidada a ocupação fazendeira de Guarapuava, julgaram não precisar mais dos índios de Palmas, onde sequer havia concessão de terras para índios.

A proposta dos fazendeiros, encapada pela Assembléia da Província e as subseqüentes pressões sobre os índios demonstram uma sociedade que, na verdade, apenas os usava mas não desejava em absoluto a sua sobrevivência. Corroboram isso o fato de que realmente os fazendeiros acabaram tomando a sesmaria dos índios em Guarapuava. É o que informa o Presidente da Província de São Paulo, 1852, à Assembléia Provincial: "sabeis, senhores, a história ominosa

dos aldeamentos de Guarapuava e Palmas, que se dissolveram e extinguíram sucessivamente em razão de terem sido os índios a eles pertencentes barbaramente trucidados e espoliados das terras que por sesmaria lhes foram doadas em Guarapuava”.

E conclui lembrando a dificuldade que haverá em Palmas para “desvendar a desconfiança de que os índios daquelas paragens estão dominados, em razão dos fatos que ali ocorreram” (Apud MOREIRA NETO, 1972, p. 387-388).

A situação dos índios após a Lei de Terras

Lei de terras de 1850

Os fatos ocorridos, nos aldeamentos de Guarapuava e Palmas, refletem as alterações que começam a se processar no regime legal das terras no Brasil. Em 1850, o Governo Imperial cria sua “Lei de Terras” (n.º 601 de 18-09-1850), dispondo sobre as terras devolutas do Império, sobre as possuídas por títulos de sesmaria, sobre o regime de registro de posses e titulação de terrenos rurais e sobre o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros. A criação desta Lei está diretamente relacionada com a decisão do governo Imperial de promover e estimular a colonização do Sul do país por imigrantes da Europa. De fato, já desde a década de 1820, chegavam colonos alemães no Rio Grande do Sul e a nova Lei de Terras buscava atender às exigências do novo momento: submeter-se às pressões dos governos europeus no sentido de favorecer as titulações de terras a imigrantes e, por outro lado, incorporar as terras agricultáveis ao mercado da compra e venda (instituinto os “títulos” e abolindo as formas tradicionais dos direitos de posse).

Evidentemente que a nova legislação favorece o empreendimento colonizador e estabelece a especulação imobiliária no país, voltando-se contra as formas tradicionais de apropriação de terras, que eram: as sesmarias, a posse direta (morar e usar a terra) e a ocupação indígena.

A nova Lei de Terras teve seu Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 1318, de janeiro de 1854, e as exigências legais e de recursos para regularização das posses, então existentes, estavam longe das possibilidades dos sertanejos agricultores (caboclos) e dos próprios índios. Favoreciam apenas os setores dominantes da sociedade, com acesso à informação e aos círculos do poder, que acabam titulando para si enormes extensões de terras (que nem chegavam a conhecer) com o fim único de lucrar com a revenda a empresas colonizadoras ou diretamente a colonos.

Nesse novo contexto foi criada a Província do Paraná, desmembrada de São Paulo, em 1853, e abrangendo integralmente os Campos de Palmas e o atual Oeste Catarinense. Na nova província, foi nomeado primeiro Diretor Geral dos índios um rico fazendeiro de Castro: Manoel Ignácio do Castro e Silva (MOREIRA NETO, 1972: 388).

Relatório do primeiro Presidente da Província do Paraná, em 1854, informa que o grupo de Viry contava então com 152 pessoas (Idem, ibidem: 389). No ano seguinte, ainda o Presidente Zacarias de Góes e Vasconsellos (1855: 45-6) informa à Assembléia Provincial que:

O aldeamento de Palmas, único um tanto regular que continua a existir na Província, tem já o seu diretor parcial, mas falta-lhe ainda o que mais importa à prosperidade dos índios, portanto não há ali missionário, nem eles possuem terras para cultivar, e vivem por isso expostos à extrema indigência.

As relações dos Kaingang do Oeste com Nonoai e Erechim

Como já se demonstrou, o Sul do país vivia momento especialmente decisivo em relação à questão fundiária. De um lado, as terras de campo eram requisitadas para expansão da economia pastoril, agora incrementada também em função da expansão, da economia cafeeira no Sudeste. De outra parte, as terras agricultáveis vão

sendo requisitadas pelo empreendimento colonizador (por ex.: Blumenau e Joinville, 1850 e 1851), ou sendo incorporadas ao estoque de terras em especulação imobiliária a partir da Lei de Terras, em vista de tal empreendimento.

Desse modo, compreende-se que à mesma época em que, na então Província de São Paulo, a Assembléia Legislativa propõe a transferência do aldeamento de Guarapuava para juntar-se ao de Palmas, na Província do Rio Grande do Sul o Governo tenta igualmente reunir em Nonoai toda a população indígena da Província, promovendo transferências forçadas dos grupos localizados em outros pontos do território. O processo só funcionou parcialmente em relação aos índios de Guarita, com a fixação da gente do cacique Nonoai. Porém mesmo com a iniciativa de concentrar os Kaingang nessas áreas, os fazendeiros não deixavam de pressionar e forçar a redução das terras indígenas para expandir os campos particulares de criação. Até mesmo o primeiro Diretor do Aldeamento de Nonoai, João Cypriano da Rocha Loures – irmão de Francisco da Rocha Loures, Diretor Geral dos índios do Paraná após 1855 – foi um dos primeiros fazendeiros a ocupar vasta extensão dos campos indígenas, fato apontado pelo Presidente da Província em 1870. (LAYTANO, 1957, p. 186).

A transferência dos Kaingang da Guarita para Nonoai tinha por motivo a liberação daquelas terras também aos fazendeiros, e igualmente neste caso o Diretor do Aldeamento, José Joaquim de Oliveira, representava os interesses da frente pastoril. O mesmo processo vai se repetir nos Campos de Erechim, localizados entre os rios Passo Fundo, Piraçude e Apuê. Tais campos são de ocupação tradicionais da gente do cacique Votouro.

No Relatório à Assembléia Provincial de 1854, o Presidente do Rio Grande do Sul identifica a gente dos Caciques Nonoai, Vitorino Condá, Pedro Nicafin e Votouro como um único grupo. Condá e Nicafi estão juntos em Nonoai em 1851, e os documentos da época mostram que o segundo era genro do primeiro (ver D'ANGELIS 1984, p. 14-18; 31). Nonoai faleceu em meados de 1853,

e Votouro, batizado pelo jesuíta Pe. Solanellas por volta de 1850, teria falecido em 1854. Entre os Kaingang cresceria, então, a importância de Condá e de Nicaí, este último célebre pelos ataques que promovia com seu grupo nos campos da Vacaria e de Cima da Serra (TESCHAUER apud BECKER, 1976, p. 127). Porém, os fazendeiros e o Governo Provincial parecem cada vez mais valorizar a fidelidade demonstrada por Fongue, Portela e Prudente, no Alto Uruguai, e Doble no nordeste riograndense, na função de “bugreiros” da Província. A invasão dos Campos Kaingang do Erexim colocará Condá e Nicaí definitivamente contra o empreendimento oficial naquela região.

Em março de 1854, dirigiu-se para Porto Alegre o Cacique Antonio, de Erexim, com sua esposa e dois outros índios, queixar-se ao Presidente da Província de que o Diretor do Aldeamento de Nonoai os tem pressionava para que abandonassem seus campos e seguissem para aquela aldeia. Dizem que estão bem arranchados no Erexim, onde plantam e fazem erva com a venda desta tiram o sustento. Por fim, queixam-se, também, dos fazendeiros Clementino Pacheco e Antonio Joaquim, que dividiram entre si os Campos dos Kaingang e queriam expulsá-los para fora.

Clementino dos Santos Pacheco era irmão do Juiz de Direito José Gaspar dos Santos Lima, genro, por sua vez, do Diretor do Aldeamento de Nonoai, José Joaquim D'Oliveira (ver D' ANGELIS 1984, p. 19-29).

Em resposta a suas reclamações não houve providências oficiais, mas recrudesceram as pressões dos fazendeiros e do Diretor de Nonoai. Em outubro do mesmo ano, os Kaingang desmancharam a mangueira construída por Clementino nos seus campos, bem como incendiaram a casa que construiu, atropelando animais invernados ali – inclusive matando alguns -, trancando finalmente a estrada do campo com cerca de tronqueiras falquejadas. A informação é do próprio Pacheco, que se queixou do fato ao Diretor de Nonoai por ofício de 19/10/1854.

Em resposta, o Diretor de Nonoai acaba de reconhecer que ditos campos eram ocupados pela gente do Cacique Pedro Nicaí, mas

posiciona-se a favor do seu parente fazendeiro. Em junho de 1855, os Kaingang fazem nova viagem a Porto Alegre. Desta vez foi o Capitão Agostinho Rodrigues, a queixar-se do esdulho dos seus campos. No mês de julho, um grupo Kaingang invade a fazenda de Joaquim de Macedo, assassinando-o juntamente com o genro, um filho e um peão. O fato é atribuído a três filhos do Cacique João Grande e um irmão do Cacique Pedro Nicaí. Os quatro acusados são perseguidos na mata por um grupo de índios liderados pelo “bugreiro” Luiz Portela e são executados sumariamente. Um filho de Manoel Grande, do **Grupo** de Nicaí, assassina Luiz Portela em represália.

Todos esses fatos não convenceram as autoridades da gravidade da situação. Em janeiro de 1856, um grupo de dez homens e cinco mulheres Kaingang atacam a chamada Fazenda Três Serros, de Clementino dos Santos Pacheco, e ali assassinam o fazendeiro, seu filho e um sobrinho, seu capataz e um filho deste, mais um escravo.

A consequência deste ataque será uma perseguição implacável ao grupo Nicaí com a participação da Guarda Nacional, dos grupos dos “bugreiros” Fongue e Prudente e de um grupo dos próprios fazendeiros. Trinta pessoas do grupo de Nicaí foram presas, e três morreram no ato de resistir a prisão. Pedro Nicaí, um irmão seu e mais dois líderes do grupo foram executados sumariamente, algemados, antes da escolta que os conduzia chegar a Passo Fundo (D’ANGELIS 1984, p. 19-24).

Esses acontecimentos são importantes para a compreensão da história indígena do Oeste Catarinense. Em primeiro lugar, porque demonstra a compulsão por que passavam os grupos indígenas que na região ocupavam terras de interesse da frente pastoril, para abandonarem suas aldeias; em segundo lugar, porque os fatos do campo de Erechim vão provocar uma fuga dos restos dos grupos Nicaí e João Grande para os matos da banda Norte do Rio Uruguai, e também a saída do próprio Condá, de Nonoai, indo instalar-se na costa do Xapecó.

Condá no Oeste – O refúgio do Irani

A perseguição continuada à gente de Manoel Grande, a morte de Nicafin e prisão de sua gente e, finalmente, a expulsão dos Kaingang do campo de Erexim tornou irreconciliável a divisão existente entre os Kaingang de Nonoai. De um lado, permanecia o grupo ligado a Antonio Prudente e Fongue, incondicionalmente prestativos aos interesses dos brasileiros e aproveitando-se da confiança e apoio desses nas suas rivalidades com outros Kaingang. Esses dois caciques e sua gente pertenciam à extinta aldeia de Guarita e foram transferidos a Nonoai por decisão do Governo Provincial. De outro lado, a gente do falecido cacique Nonoai, do falecido Votouro e de Canhefé, juntos com a gente de Condá. Estes últimos, embora tendo aceito o convívio com os brancos – e, no caso de Condá, até colaborando em ações de repressão a seus irmãos Kaingang – parecem estar percebendo, naquele momento particularmente violento do processo de incorporação de seus territórios à economia do Império, que a paz com os brancos não apresentava realmente vantagens.

Condá conhecia as dificuldades por que passavam seus irmãos aldeados em Guarapuava e Palmas, e via agora como rapidamente se deterioravam as condições no aldeamento em Nonoai – criado há somente uma década – assim como de que forma eles mesmos eram usados para garantir aos brancos a limpeza dos territórios da sua própria gente (como acabava de ocorrer com os Campos de Erexim). Ademais, Condá sem dúvida se desgostava pelos atrasos de alguns anos no recebimento dos seus soldos. (D'ANGELIS, 1984, p. 31).



Fonte: "Eposição que os Estados Unidos do Brasil apresentavam ao Presidente dos Estados Unidos da América ..." New York, 1894, Vol. VI. Apêndice Mapas, n.º 29.

Todos esses fatos levam a que Victorino Condá se retire de Nonoai no final de março ou começo de abril de 1856 e vá estabelecer-se no Xaçecó, levando consigo muitos Kaingang, ao mesmo tempo em que debandam do aldeamento de Nonoai outros tantos Kaingang que procuravam embrenhar-se nos matos, conforme atesta fartamente a documentação da época.

Acompanham Victorino Condá, na sua saída de Nonoai, "oitenta e tantos homens e mulheres", segundo o Diretor Geral dos Índios do Rio Grande do Sul; mas assentam-se com ele no Xaçecó apenas "quarenta e uma pessoa de ambos os sexos e idades", segundo informações do Diretor Geral dos Índios do Paraná, Francisco Rocha Loures (D'ANGELIS, 1984, p. 45).

Entre os Kaingang atacantes da Fazenda Três Serros – informação do índio Joaquim Manoel, também atacante e que foi preso poucos dias depois – estavam os índios Salvador e Chimbanguê, reconhecidos na memória Kaingang regional como os que começaram o aldeamento no Irani e o Lageado Lamdedor, seu afluente à direita. O farto material cerâmico encontrado no local e a ocupação antiga do próprio Condá e sua gente, na Campina do Irani, até 1840, são indicações de que a região do Irani já estava ocupada por grupos Kaingang ligados a Condá antes da migração de 1856.

Os índios foragidos do Rio Grande do Sul, onde eram perseguidos por defender, intransigentemente, suas terras, não podiam localizar-se no Toldo de Xaçecó, considerado um dos toldos do Aldeamento de Palmas, porque além de ser Aldeamento oficial estava situado na rota da Estrada Sul. Ali seriam encontrados e passíveis de prisão. Veja-se que o próprio Condá fora chamado ali, por precatória vinda de Cruz Alta, para esclarecer a morte do fazendeiro Clementino Pacheco, em setembro de 1856, conforme atesta documento da época (Idem, *ibidem*, p. 33).

Por volta de 1856, podemos aceitar a localização dos Kaingang na região Oeste Catarinense, pelo menos, nos seguintes locais: Toldo Xaçecó, Toldo Formigas, Toldo Jacu e vários outros entre o médio Xaçecó e o Xaçecozinho: Xaçecozinho, Toldos da Emigra, Irani e os matos a Leste dele atingindo os rios Ariranha e Jacutinga: Serrinha; proximidades do Rio Xaçecó; região entre o Rio das Antas e Sargento: região de Dionísio Cerqueira.

Seguramente, foram várias as ocupações dos Guarani nas proximidades do rio Uruguai, sobretudo nas imediações da foz do rio das Antas.

Em julho de 1857, inspecionando a estrada que vai às Missões, passando pelos rios Xaçecó e Xaçecozinho, o Engenheiro Hégrévill (1857, p. 3) anotou em seu relatório: “a 2 do corrente passando eu pelas proximidades do aldeamento do Xaçecó, comandado hoje pelo Cacique Victorino Condá, e achando-me acompanhado do cacique Virí que comanda os aborígenes de Palmas, etc...”

No seu relatório à Assembléia Provincial, em 1859, o Presidente do Paraná informaria sobre esses dois caciques:

O número de índios nos aldeamentos que atualmente conta a província é de 425. Na Freguezia de Palmas, sob o comando do cacique Virí, há 215 sendo do sexo masculino e maiores de 16 anos, 102; do feminino 68; e menores de ambos os sexos 45. Na mesma Freguezia, residindo no Xapecó, sob o comando de Victorino Condá existem 48; destes, 10 do sexo masculino, 15 do feminino e 13 menos de um e outro sexo (...).

Condá foi nomeado major, com vencimentos mensais do Governo da Província, desde o ano de 56, quando retornou ao Paraná. Em 1862, Condá dirige-se ao Porto União para ali combater “os da tribo Botocudos” que ali apareceram “causando terror à população”, segundo o Relatório do Presidente da Província de 1863.

É desse tempo, quando Condá morou em Xapecó, um documento, datado de 25 de maio de 1869. Trata-se de ofício do Diretor do Aldeamento de Palmas ao Delegado das Terras Públicas do Paraná, informando:

Hoje segue para essa Capital o Cacique Victorino Condá com uma porção de índios de sua tribo o qual vai à presença de sua Excia, o Sr. Presidente da província pedir um terreno de campo aqui neste aldeamento para morarem, e terem seus animais, eles estão morando em terrenos alheios, e já tenham sido vexados para saírem do terreno. (...) o Cacique quer ir até o Rio à presença de S. Magestade fazer suas queixas (...) eles também pedem um mestre de 1^{as} letras para ensinar seus filhos (...) também querem um ferreiro para (rasgado no original) as ferramentas de roça que neste Distrito não há um ferreiro e fica muito difícil para eles compor suas ferramentas, diz o Cacique Victorino, que no caso de não arranjar nada que então garra o mato nos será muito prejudicia.¹⁶

Por essa época tomava impulso, na região Oeste, a exploração da erva-mate. Em julho de 1861, o Governador Imperial instala

no Xaçecó (margem direita) uma coletoria do Tesouro Nacional, onde havia já uma agência de Impostos do Paraná. O escriturário da Coletoria, Manuel Duarte do Valle, avaliou a produção dos carijos das duas margens do Uruguai – a exportar para a Argentina – em 10 a 12 mil arrobas.

A Guerra do Paraguai provocaria um enorme incremento dessa produção e exportação aos argentinos, pois até então o Paraguai era seu maior fornecedor. A consequência imediata é um maior trânsito de gente e tropas na região e a ocupação dos ervais disponíveis, a começar pelos do Passo Carneiro e Serrinha. Também é nesse momento que começam as primeiras pressões sobre as terras dos toldos da região do Chapecozinho e da Emigra, pelo interesse nos ervais. Muitas famílias indígenas integraram-se nessa atividade econômica, e os grupos distantes de ervais seguiam sem ser molestados, como os Kaingang do Irani, por exemplo.

Nesse momento, registros de posse feitos na Freguezia de Palmas, com o advento da Lei de Terras, passam a ser utilizados como prova de domínio nos terrenos onde tradicionalmente habitaram os índios. Esse é o caso de alguns toldos Kaingang de Xaçecó. Em 1877, o Pres. Da Província do Paraná pede ao juiz de Guarapuava que providencie, junto ao fazendeiro Pedro Carneiro, filho de João Carneiro Marcondes, que permitam “a continuação do índios nas terras em que se acham estabelecidos” até que se verificasse a situação de posse. Trata-se de uma enorme grilagem de terra às margens do rio Xaçecó, onde a posse era indiscutivelmente indígena.

As razões estratégicas e a Colônia Militar

As negociações dos governos do Brasil e da Argentina sobre os limites dos dois países, entre os rios Uruguai e Iguazu, pareciam caminhar a bom termo em fins da década de 1850, quando, de último momento, o governo argentino suspendeu os trâmites. A questão passaria “esquecida” até que, finda a guerra do Paraguai, esse país e a Argentina decidem suas questões pendentes sobre Missiones,

e a Argentina volta a alimentar o desejo de ter seus limites, chegando aos rios Chapecó e Chopim. Posteriormente, em 1888, a pretensão argentina amplia-se, situando o limite mais a Leste, no rio Jangada.

Essas alterações na discussão de fronteiras, bem como as disposições diplomáticas do momento, levaram o Governo Imperial a determinar a instalação das Colônias Militares do Chapecó e Chopim, que haviam sido criadas pelo decreto nº 2502, de 16 de novembro de 1859. O ato que as criou fora mais abrangente que as citadas "razões estratégicas", incluindo, por exemplo, em seu artigo 2º, que essas colônias são destinadas "à proteção dos habitantes dos Campos de Palmas, Erê, Xagu e Guarapuava contra a invasão dos índios, e a chamar dos ditos índios, com auxílio da catequese, à civilização" (PIAZZA, 1982, p. 188).

Em 02 de março de 1882, a Colônia Militar do Xapecó é instalada no Xanxerê, por seu primeiro diretor, Capitão José Bernardino Bormann.

A Colônia Militar, por suas funções precípuas, contribuirá para o estabelecimento de agricultores na região. Porém, os títulos que distribuirá e os colonos que assentará sempre serão dentro dos limites das terras da própria Colônia, que ao Sul limitavam-se com o Alto Irani.

De outro lado, parece certo que as relações com indígenas de parte dos oficiais da Colônia militar, resumiram-se ao relacionamento com os chefes indígenas dos toldos de Xapecó (Xapecó e Formigas, principalmente). O Capitão Bormann, aliás, ficara na memória dos Kaingang de Xapecó – cuja tradição oral registra seu casamento com uma indígena dali – enquanto que para os Kaingang do Irani não será reconhecido.

A última década do século XIX

A tradição oral dos Kaingang do Xapecó lembra a participação desse grupo e dos Kaingang da região de Clevelândia na aber-

tura da picada da linha telegráfica de Palmas ao Goyo-En, no início da década de 1890, dirigida pelo Diretor da colônia militar, José Bernardino Bormann. Contavam os Kofá Kaingang Bonifácio Luiz Ndokrign e Francisco Fernandes Kaneigrã (ambos naturais do Toldo do Embu ou Umbu, na margem esquerda do Chapecó), que na abertura da picada da linha telegráfica os Kaingang foram requisitados a trabalhar. Na forma de relatar a história oral, explicam que quando abriram a picada foram dando nomes aos lugares (ou, mais provavelmente, dando a conhecer ao Diretor esses nomes para registros). Assim, ao Chapecó chamaram "Xapetkó" (xé + én + mbitkó).

Adiante, mataram uma anta em um passo, que denominaram Passo da Anta. Seguindo, perderam um facão em um lageado, que chamaram de Lageado Facão. Acamparam em um final de tarde, mais adiante. Mas à meia-noite as formigas correição bateram no acampamento e todos tiveram que levantar. Chamaram esse lugar de Formigas. Chegaram no outro dia ao "Xapetkóxi" que ficou Chapecozinho (13). Ao chegarem na campina, ao final da tarde, ao limpar o terreno para acampar mataram ali uma cascavel. Chamaram o loca de "Xaxã-rê" ("Campina da Cascavel"), e no dizer dos Kofá, "o português não sabia escrever, e escreveu Xanxerê". Na seqüência, passaram em uma água onde havia muito xaxim. Outra versão – também de velhos Kaingang – diz que nesse lugar estava terminando o sal que traziam (xá + xi = sal pouco/pequeno), daí o nome Xaxim ser Kaingang. Continuando viagem, chegaram a uma serra, onde mataram um tigre. Fincaram uma vara no chão e sobre esta estaca espetaram a cabeça cortada do animal. Chamaram Serra do Tigre. Adiante, enquanto acamparam ao meio-dia para comer, as mulheres Kaingang tinham ido colher frutos de palmeira ou butiás. Não tendo como socar, usaram buracos nas pedras de um lageado. Deram ao lugar o nome de Pilão da Pedra ou, em Kaingang, Pótãkréi.

Na seqüência, atravessaram o passo que chamavam Passo dos Índios, e à frente, onde encontraram uns carneiros – "que decerto

já tinha português morando lá” – chamaram de Passo Carneiro ao riacho que ali se encontra. Por fim, deram com o grande rio, e ao tentar atravessá-lo um homem morreu. Chamaram-no “Goio-En” (ngoio – embâng – “água grande, invadeável”).

Encerrados os trabalhos, voltaram até Boa Vista (Clevelândia) e lá já estava o dinheiro que o governo havia mandado para pagar os índios. Alertado por um dos seus líderes, o Cacique respondeu aos homens do governo: “Olha, nós precisamos de terra prá criar nossos filhos, que nós não vamos andar criando nossos filhos nas copas dos pinheiros. Nós não somos macacos” - “E onde vocês querem a terra?”, perguntou o oficial. “Entremeio da Chapecó com o Chapecozinho”, respondeu o cacique.

Essa seria a origem do Decreto n.º 7, de 1902, que delimitou terras desses grupos Kaingang, como veremos adiante.

A linha telegráfica foi inaugurada em Xanxerê no ano de 1893, ligando a Colônia Militar ao resto do país.

Em 1890, o Recenseamento Geral do Brasil apontava, para a Comarca de Palmas, um total de 9.601 habitantes, dos quais 4.759 brancos, 2.074 índios, 2.099 mestiços e 669 pretos. Os índios ali contados são, pelos dados do mesmo Censo, assim distribuídos por Distritos:

- Palmas	164 (mais 377 mestiços)
- Palmas do Sul	369 (mais de 292 mestiços)
- Boa Vista	138 (mais 210 mestiços)
- Campo Erê	149 (mais 17 mestiços)
- Mangueirinha	233 (mais 290 mestiços)
- Chopim (Col. Militar).....	126 (mais 147 mestiços)
- Passo do Carneiro	245 (mais 119 mestiços)
- Xanxerê (Col. Militar)	151 (mais 182 mestiços)
- União da Vitória	499 (mais 465 mestiços)

(EE. UU. DO BRAZIL, 1894: IV, 204.)

A área do médio e baixo Irani estava afeta ao Distrito de Passo do Carneiro, enquanto somente o Alto Irani ficava afeto à Colônia Militar estabelecida no Xanxerê. Os habitantes da aldeia Kaingang do Irani, já em relação amistosa com a população brasileira da região, mesmo de maneira esporádica, teriam estabelecidos contatos entre os índios do Distrito de Passo Carneiro. É certo, no mesmo entanto, que no número de indígenas apontado no Recenseamento de 1890, como presentes naquele Distrito, estavam incluídos os aldeados na Serrinha e no próprio Passo do Carneiro. O que se pode concluir, sem dificuldades, é que os 245 índios (mais 119 mestiços) relacionados no Distrito do Passo do Carneiro não se tratava de um único aldeamento. Se o fosse, seria tão populoso para os padrões da época que certamente teria merecido menções nos documentos e relatórios oficiais de então. Estes, no entanto, limitam-se a mencionar os sempre referidos Aldeamentos de Palmas, Xaçecó e Formigas.

Cabe destacar, por fim, que os dados do referido Censo demonstram uma população indígena presente em toda a região, e bastante expressiva, especialmente se contarmos que a categoria "mestiços", para a época, significava pessoas com ascendência indígena imediata (mãe indígena e pai branco ou negro, e vice-versa).

A Constituição da República e a Revolução Federalista

Um movimento militar derruba o Ministério e termina com o Império em novembro de 1889. Os militares estabelecem a República, e, em fevereiro de 1891, é promulgada a Constituição Republicana. Em virtude dela, as terras devolutas do Império são entregues ao domínio dos Estados, que ficam com o direito de medi-las, doá-las, etc. A prática foi tomar as terras legitimamente possuídas pelos índios como se fossem devolutas e titular essas terras para fazendeiros interessados. Inúmeros aldeamentos, em todo país, sobretudo na região Leste-Nordeste, foram tomados dos índios por essa época. A nova Constituição veio jogar lenha na fogueira da especulação imobiliária.

O Governo do Paraná, que nos últimos 10 anos antes da Constituição Republicana, havia expedido apenas 4 (quatro) títulos de terras na região de Palmas, nos dez anos seguintes à nova Lei, já tinha expedido 76 títulos (D'ANGELIS, 1984, p. 38-39). Tais títulos, vale recordar, não significavam uma nova onda de migração e ocupação da região. Trata-se apenas de "grilagens", "ocupações" de papéis e títulos que aguardavam o momento de negociar as terras no processo de colonização. Por essa época, por exemplo, aconteceu a medição e titulação da Fazenda Barra Grande, a pedido de José Joaquim de Moraes, um morador da região que acobertava uma das grilagens em favor de Luiz Vicente de Souza Queiroz, o Barão de Limeira, na região Oeste. De uma dita posse de uma légua quadrada, na margem do rio Uruguai e ao Oeste do Irani, Moraes conseguiu a medição e a venda de 10,5 léguas quadradas que avançam sobretudo a Leste do Irani. Tal medição inclui as ocupações de várias famílias brasileiras a Oeste do rio Irani, além das terras dos Kaingang do Chimbangue e dos Kaingang do Pinhal, nas duas margens do mesmo rio.

Nessa mesma época, a região Oeste vai receber considerável contingente de brasileiros vindos do Rio Grande do Sul, em consequência da Revolução Federalista.

A República contava com poucos anos quando eclodiu essa revolta, que evolui para verdadeira guerra civil. Surgida do descontentamento com a política despótica de Júlio de Castilho, coincide com a revolta provocada no meio popular camponês pelas alterações na estrutura fundiária. Era época do fechamento das propriedades com as cercas de arame, e também das concessões de terras, ditas devolutas, aos amigos do poder estadual. Grande número de posseiros era atirado às estradas, perdendo suas terras. Crescia o despotismo dos "coronéis".

A nível nacional, a Revolução Federalista vai fazer corpo no bojo do descontentamento geral à ditadura de Floriano Peixoto.

Foi, sem sombra de dúvidas, por todos os testemunhos que dela se conservam, uma das mais sangrentas lutas entre brasileiros. Ce-

nas de execuções em massa e degolamento são sempre associadas às lutas travadas no Ri Grande do Sul nesse período.

Vencida a Revolução, é dado o espírito de vingança e represália que a dominara e deixava raízes. Muitos dos revoltosos não tiveram outra opção senão embrenhar-se por regiões desconhecidas e, outros tantos, refugiar-se no Uruguai e Argentina. Não seriam poucos os que atravessariam a fronteira Norte, do rio Uruguai, para esconder-se na região limítrofe do litígio entre Paraná e Santa Catarina, lugar onde nenhum dos dois Estados tinha efetivo controle.

A tradição e a memória Kaingang do atual Toldo Chimbanguê conta que nesse tempo fugiram do Rio Grande do Sul outros grupos Kaingang, perseguidos, que atravessando o Rio Uruguai seguiram migrando até conhecer a aldeia próxima do Irani, onde acabaram ficando.

Essa importante migração, que também reflete o cerco às terras e aos grupos indígenas que paralelamente se verificava também no Rio Grande do Sul, trouxe ao Chimbanguê a gente do velho Peytkâr, Antonio Kuxê, Sinhara Wagtu, Chico Pataca e outros. Entre eles, o conhecido Chico Marcelino Rókag, que veio a falecer no Irani com mais de 100 anos, respeitado como cacique, em agosto de 1980. É muito rica a tradição da memória oral dos Kaingang a respeito dessa migração, e em boa parte publicamos em "Toldo Chimbanguê: História e Luta Kaingang em Santa Catarina" (p. 40-42).

Mapas do Final do século

Data de 1894 o importante "MAPA DA COMARCA DE PALMAS NO ESTADO BRAZILEIRO DO PARANÁ; DA GOBERNACION ARGENTINA DE MISSIONES E DE UMA PARTE DO ESTADO BRAZILEIRO DO RIO GRANDE DO SUL" (mapa n.º 05) que reflete, sem dúvida, o conhecimento da região pela equipe de abertura da picada do telégrafo, antes referida. Nele estão

assinaladas algumas das mais antigas ocupações brasileiras na região.

Partindo de Boa Vista (atual Paraná), na rota da Estrada para o Rio Grande, vê-se "Posto", a Oeste da referida estrada, que parece indicar a localização dos Kaingang referidos; a Leste da Estrada, "João Carneiro", fazendeiro referido no texto. Segue-se a "Collectoria Velha Alipio", à direita da estrada e ao norte do Chapecó; rio Chapecó; "Pinheironho", a leste da estrada (talvez Pinhalzinho?); "Formiga", "Candinho"; "rio Chapeco-zinho"; "Barro Preto"; "Xanxerê" (Colônia Militar do Chapecó); "Jucu"; "Chachi"; "Tigre"; "Pilão de pedra"; "Rodeio Bonito"; "Alegria"; "Palmital" (onde está o rio homônimo); "Rodeio Chato" (sobre o Arroio do Ferreiro, que se refere ao Passo Ferreira); "São Sebastião do Passo Carneiro"; "Passo Goyo-En e, de outro lado do rio Uruguay, "Nonohay". Mais a Oeste, na atual divisa com o Paraná, vê-se o "Campo Erê", e em sua volta "Antonio Lara" (duas vezes), "Ladislao Ferreira" (ao centro), "Belarmino Lara", "Coelho" e "Pedro Machado". Abaixo deste último, "muros (posição aproximada)", referindo-se a localização de supostas fortificações de bandeirantes portugueses, na tese do Barão do Rio Branco para defender o direito brasileiro (sic) na região. A leste, acima do Chapecó no atual município de Ponte Serrada: "Norte". E na região do atual município de Água Doce vê-se: Floresta, Vicente Camargo, Pimpão, Cruz, Candão, Mendes, Estrella, S. Nicolau.

Também é do final do século outro importante mapa para a região oeste. Trata-se do "MAPA DO ESTADO DO PARANÁ, organizado por ordem do governador Dr. José Pereira Santos Andrade", de 1896 (Mapa n. ° 6). Ele, imediatamente, nos chama a atenção a indicação "ÍNDIOS COROADOS", sobreposta a "SERTÃO DESCONHECIDO", para toda a região imediatamente a Leste do Rio Irani e até o Rio do Peixe.

Na margem do Chapecó, à altura da atual Abelardo Luz, está o "REGISTRO", que se refere à Agência dos Impostos. Abaixo, entre o Chapecó e o Chapecozinho, a indicação "ALDEAMENTO

FORMIGA”, representando-se com pequenos triângulos dois toldos na região do rio Formigas, próximos à estrada, e outros dois na margem esquerda do Chapecó (um quase em frente à foz do Saudades, e outro na barra do Lageado Grande). Pouco abaixo de “Chapecó Colônia Militar (Xanxerê)”, perto da estrada, localiza-se “SERRINHA” com a mesma indicação em triângulo de Toldo Indígena.

Nessa localização não há povoação com esse nome. Porém, a aldeia Serrinha, bastante antiga e conhecida, manteve sua localização com esse nome até hoje, entre o Passo Carneiro (hoje Passo Bormann) e o Goio-En.

Por fim, acima da localidade “FERREIRA”, na mesma estrada, indica-se um toldo indígena. Passo Ferreira é antiga ocupação de brasileiros que conserva essa denominação até hoje. Não temos notícia – seja por documentos ou tradição oral – de aldeamento indígena na posição ali indicada. Ou se trata de aldeamento até aqui não identificado, ou seria uma má localização do Toldo Irani (ou Chimbanguê), que dista poucos quilômetros do Passo Ferreira, mas está situado à margem direita do Irani, região àquela época também conhecida.

A primeira metade do século XX

Século XX

Como se disse, a história oral Kaingang registra, como pagamento por seu trabalho na picada do telégrafo, a delimitação de sua área pelo Governo do Paraná pelo Decreto n.º 7, de 31 de dezembro de 1902. O referido decreto, assinado pelo governador Francisco Xavier da Silva, explicitava: “atendendo a que a tribo de índios Coroados de que é chefe o cacique Vaicrê em número aproximado de duzentas almas, acha-se estabelecido na margem esquerda do rio Chapecó, no município de Palmas”¹⁷.

E que ... “É necessário reservar uma área de terras para que os mesmos índios possam, com a necessária estabilidade dedicar-se à lavoura, a que estão afeitos”.

Estabelecendo:

Fica reservada para o estabelecimento da tribo de indígenas coroados ao mando do cacique Vaicrê, salvo direito de terceiros, uma área de terras compreendida nos limites seguintes: A partir do rio Chapecó, pela estrada que segue para o Sul, até o passo do rio Chapecozinho, e por estes dois rios até eles fazem barra.

Como já se mencionou, havia importantes toldos Kaingang fora de tais limites, a começar pelos Toldos da Emigra, e região de Clevelândia, ademais da Serrinha e Irani como os já conhecidos a esse tempo. Fica patente que reservar terras, nesse caso, não visa garantir os direitos dos índios – que eram muito mais amplos – mas nas palavras de SILVIO COELHO DOS SANTOS (1981, p. 24-25).

aldear os índios era forma de mantê-los confinados dentro de uma área determinada e submetido ao Governo. Dessa forma, ficavam eliminados os prejuízos causados pelos ataques que faziam às propriedades dos civilizados, gerando insegurança e causando prejuízo pelo debate de gado e roubo em roças” .

Os “direitos de terceiros” que o Decreto ressalva estavam constituídos então – conforme estudo minucioso de Antonio Selistre de Campos (juiz e defensor dos índios de Xapecó, até 1957) – pelas fazendas: Marco (1895), Alegre do Marco (1898), Santa Luzia (1899), São Pedro (1917), e São Francisco (1917)¹⁸ .

Poucos anos depois, em 1908, outro Decreto, finalmente, manda reservar terras e estabelecer os Kaingang de Palmas. Entretanto, os interesses dos fazendeiros retardam essa medida, e a grilagem da maior parte das terras desse Toldo, que ficam exatamente no atual território catarinense (Município de Abelardo Luz), acabou se consumando antes da execução do Decreto.

Madeira, erva-mate, colonização: Fora caboclos

A extração madeireira, embora pouco expressiva, já se registrava na região por meados do século XIX. O Relatório de Bogia do Valle, em 1861, incluía entre os produtos de exportação da região: “erva-mate, madeiras, sedenhos ou clinas”. Informa o mesmo Relatório que “as madeiras que se tem cortado para a construção são as seguintes: cedro, cabriuva, louro, guarapuapunha, angico, canjara, canela, geratambu, jacarandá, e açoute-cavalo”. Apesar disso, Bogia do Valle não hesita em escrever que a região possui “extensas e ainda intactas matas de preciosas madeiras para as diversas construções”.

Na segunda década do século XX, a exploração madeireira recebia importante impulso.

A expansão da exportação de madeira paranaense iniciada em 1913, refletiu a situação do mercado internacional, pois a Primeira Guerra Mundial afasta dos mercados platinos os exportadores do pinho europeu, os mais sérios concorrentes da madeira paranaense. Outra possibilidade que se apresentou para a madeira paranaense foi o próprio mercado interno brasileiro, abastecido regularmente pelo pinho europeu até o início da guerra”. (LAVALLE, 1981, p. 46).

O maior impulso, porém, à indústria madeireira na região, nesse início de século, será o término do litígio entre Paraná e Santa Catarina, com a incorporação da região dos formadores do Uruguai ao Estado de Santa Catarina. A divisa com o Paraná ficou decidida pelo divisor de águas entre os afluentes do Uruguai e os do Jguaçú (a Oeste do Jangada).

O Governo do Paraná apressa-se em expedir seus últimos títulos na região. De 1907 a 1916, o Paraná expedira tão somente 16 títulos na região de Palmas, isto é, menos de dois títulos por ano. No entanto, somente nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 1917 foram expedidos 77(setenta e sete) títulos na região.

O Governo de Santa Catarina, incorporando essa zona, não tardaria também em beneficiar os amigos do poder com gordas faixas de terras – das ditas devolutas – à guisa de empreendimento colonizador. Grandes firmas internacionais especuladoras favoreceram-se no negócio – como a Brazil Development & Colonization Company, isto é, a Brazil Railway – bem como seus apaniguados.

A política de colonização por estrangeiros continuava vigente, e Santa Catarina se alcançaria em sua execução com mais intensidade no início do século. No caso de recém-incorporado Oeste Catarinense, pretendia-se absorver os descendentes de imigrantes instalados no século XIX, no Rio Grande do Sul, para, com eles, envolver a região na economia agrícola em expansão.

A partir de 1916, quando a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina é definitivamente resolvida e grande parte dos chamados campos de Palmas passa a pertencer ao Estado Catarinense, uma nova frente pioneira atinge a região. Trata-se agora de uma agrícola, que tinha como núcleos incentivadores as colônias instaladas no norte do Rio Grande. É fato que os componentes das frentes pastoril e extrativa sempre praticavam alguma agricultura. Essa, entretanto, não passava de pequenas roças, necessárias à alimentação diária, sem maior sentido econômico. Agora, o que vamos presenciar é a fixação contínua de agricultores nos vales do planalto". (SANTOS, 1970, p. 27).

Depois seriam os primeiros reflexos dessa nova frente: a expansão da exploração madeireira – que limparia as terras dessas riquezas antes de vendê-las aos colonos – e a expulsão dos posseiros.

O que vai ocorrer, então, no Oeste Catarinense, é a expulsão sistemática dos caboclos de suas terras, para dar lugar à entrada dos imigrantes e descendentes (estes, vindos do Rio Grande do Sul), que recebiam das colonizadoras títulos da terra adquirida.

A colonização não chegará, de imediato, aos indígenas do rio Irani, mas algumas famílias de caboclos, expulsas pelas colonizado-

ras, procuravam os Kaingang solicitando abrigo. Algumas famílias ou pessoas são recebidas como membros da comunidade indígena, uma vez que aceitam viver segundo os costumes e leis dos Kaingang e submeter-se às suas autoridades. É o caso da família dos "Justino", por exemplo. Outros são recebidos como amigos – e, até, aliados – a quem se dará refúgio, devido a alguma perseguição específica. É o caso, por exemplo, de João Maria Brizola, maragato que na década de 20 obteve refúgio entre os Kaingang dos Chimbangue, estabelecendo-se nas proximidades do Lageado Sítio Velho, onde chegou a montar um engenho de cana. Acabaria vendendo seu engenho, poucos anos depois, a José Albino da Silva.

Entre os casos de refugiados abrigados pelos índios, parece situar-se também a família de Jacinto Pereira da Silva. Em depoimento escrito, em favor da comunidade Kaingang do Toldo Chimbangue, datado de 14 de abril de 1982, Jacinto informa estar com 79 anos e ter chegado ao Chimbangue com a idade de 4 anos. Isso significaria ter entrado no Chimbangue por volta de 1907. No entanto, há diversas indicações na memória Kaingang daquela aldeia de que a família de Jacinto Pereira da Silva abrigou-se entre os indígenas após a batalha do Irani, que marcou o início da chamada "Guerra do Contestado", em que "naquele tempo morava neste Toldo só os índios Kaingang, sendo que fui o primeiro caboclo a morar com eles, sendo inclusive criado por eles, no meio deles".

O Serviço de Proteção aos Índios – A morte de Antonio Chimbangue

Um serviço federal de assistência aos indígenas vai ser criado em 1910, exatamente no bojo das discussões entre as divididas opiniões sobre a colonização estrangeira. As agressões dos Xokleng em resposta à invasão de suas terras pela colonização alemã em Santa Catarina e a defesa, pelos Kaingang paulistas, do seu território ameaçado pela Estrada de Ferro Noroeste e pelos fazendeiros de café, fizeram ressurgir o debate sobre o futuro das populações indígenas e o tratamento que a elas devia ser dispensado.

Nos seus primeiros anos, no entanto, na região Sul, o Serviço limitou-se às tentativas de contato pacífico com os Xokleng do rio Itajaí do Norte, com os Xokleng da região de Palmas – União da Vitória, com os Kaingang do interior paulista e, na década de 20, com os Kaingang da região do Laranjinha e Cinzas, no Norte do Paraná.

Na região de Palmas se instalaria um Posto no Toldo Lontras (Palmas), na década de 30, e outro no Xapecó, em 1940. Nesse meio tempo, algumas coisas importantes aconteciam no Irani e no Xapecó.

Na área do Irani, por volta de 1915, faleceu o cacique Antonio Chimbangue com idade de mais de cem anos. Foi enterrado no cemitério situado no divisor de águas entre o Irani e seu afluente à direita, o Lamedor. A cruz de cedro marcando o cemitério secular dos Kaingang daquela área é referida pelos índios como “a cruz do finado Chimbangue”. O local de sua aldeia definitivamente ficou sendo conhecido como Chimbangue, assim como Nonoai e Votouro tornaram-se o nome do lugar onde tiveram suas moradas.

No momento em que perdiam seu velho cacique, os Kaingang do Irani enfrentaram a primeira ocupação no que fora, até ali, seu refúgio intocado. Aproximava-se a colonização estrangeira, promovida pela Empresa Luce, Rosa & Cia., que a partir de Aratiba inicia a colonização do Itá atingindo até o rio Ariranha. Os Kaingang da aldeia do Pinhal, na margem leste do Irani, aos poucos vão sendo pressionadas a deixar sua terras.

Antonio Selistre de Campos

No início da década de 20, o rico negociante rio-grandense Aberto Berthier de Almeida inicia gestões para se apropriar das terras dos Kaingang do Chapecozinho, não com interesse de colonização, mas em função da expansão madeireira já mencionada. Baseava-se em documentos absolutamente não comprobatórios de qualquer direito, que tratavam de terras na margem esquerda do Chapecozinho (e não à direita, onde pretendia tomá-las dos índi-

os). Tudo isso demonstrado em detalhada análise do Juiz Antonio Selistre de Campos, que escreveu sobre o assunto às autoridades estaduais e federais e aos jornais da época (*O Estado*, de Florianópolis; *A Voz do Chapecó*). No entanto, Berthier de Almeida respaldava-se em suas amizades e acesso ao poder estadual e no uso da coerção favorecida pelas autoridades policiais e do Governo Estadual na vila de Xanxerê (SANTOS, 1981, p. 28). Berthier estabeleceu uma contenda judicial e, enquanto se desenrolava isso, passou a explorar madeiras (pinheiros) da terra indígena.

Em 1934, um episódio dessas pressões leva os Kaingang do Xapecó ao primeiro contato com o Dr. Antonio Selistre de Campos. Acontece que, favorecendo as pretensões de Berthier de Almeida e de outros moradores de Xanxerê, um agrimensor do Estado vem realizar uma “medição”, que implicava drástica redução das área indígenas na parte de Chapecozinho, Jacu, Pinhalzinho e Embu. Para obter o assentimento dos índios às “ordens” que vinham de cima, o então “Diretor” dos índios em Xanxerê – um agente contratado pelo SPI no local e que prestava contas ao Chefe do Posto de Palmas – chamado Guimorvan Winkler, convoca as principais autoridades indígenas da área na época: Domingos Jacinto, Pedro Pica-pau, Leonildo e Chico Patrício. Em Xanxerê, Guimorvan disse aos índios, conforme testemunha a memória oral do grupo: “Eu trouxe o agrimensor para medir a terra de vocês”. Os Kaingang ficaram contentes, não compreendendo que ele iria dividir a terra para terceiros. Afinal, veio a medição e os Kaingang entenderam o sentido da linha seca que viera varando desde o Canhadão para o Sudeste em direção ao Jacu. Teriam que mudar moradias e roças e entregar enorme faixa de terra aos brancos.

Encoraja-se o índio João Albino e, juntamente com outro Kaingang, dirige-se ao Passo dos Índios, sede do município e Comarca de Chapecó. Procura o Juiz e expõe o caso, recebendo do Juiz a pergunta: “O senhor tem coragem de desmanchar os feitos do Major de vocês?”. Ao que João Albino respondeu: “Eu tenho, que a terra é de nós tudo, do índio. A terra é nossa, tenho parte na

terra também. Pois estamos prejudicados por causa disso". E o Juiz concluiu: "É verdade. Se fosse certo, o despacho tinha que sair daqui, mas fizeram lá em Xanxerê, é o mesmo que lograr vocês". E o Juiz envia, pelo índio, uma carta a ser entregue ao agrimensor. A carta foi entregue e, no mesmo dia, retiraram-se dali (estavam no Pinhalzinho) o agrimensor e sua comitiva de 12 policiais.¹⁹

Pela mesma época, isto é, entre 1936 e 1944, Pedro da Silva Maciel atuava como "fiscal" ou procurador da Empresa Luce, Rosa & Cia. e, juntamente com Giocondo Trentin, planejou desocupar a área do Chimbangue, mandando sair os índios, para lotear e vender a terra. Segundo a tradição indígena, uma comissão liderada pelo então Cacique Valeriano Venâncio procura o Juiz em Passo dos Índios (ou Chapecó, se após 1938). O Juiz os encaminha ao SPI, e eles seguem ao Xapecozinho, de onde retornam com ordens (telegráficas?) do Chefe do Toldo Lontras (Palmas). De posse dessa informação, o Juiz prepara um despacho que manda os índios levarem Pedro Maciel. Este se esconde para não encontrar os índios, que então retornam ao Juiz. Selistre toma o papel e sai à rua gritando: "Será que não querem mais obedecer ao Juiz do Direito? Estão querendo acabar com os meus índios!" (D'ANGELIS 1984, p. 60 e 66).

SPI reconhece direitos dos índios, mas não os defende

Finalmente, em 1941, funcionários do SPI visitavam pela primeira vez o Toldo Irani (ou Chimbangue), onde fazem o recenseamento de 49 pessoas (CAMPOS, 1950: A-B).

Tendo a sede do Posto do SPI sido colocada na Jacu, próximo ao Xapecozinho, estavam na jurisdição dessa administração os Toldos do Pinhalzinho, Embu, Água Santa, Cerro Doce, Guarani, Emigra e Irani. Pelo menos, a partir de 1944, nos Recenseamentos preparados pelo encarregado Francisco Siqueira Fortes – Chico Fortes – aparece o "Toldo Irani", com relação nominal dos moradores e estatísticas agrícolas e pecuárias.

No PROGRAMA DE TRABALHO PARA 1946 e também do de 1947 aparece o Toldo Irani na proposta de "reserva e regularização de terra suficiente". A proposta não se afetivou.

A conjuntura econômica de então é a do pós-guerra. As regiões fornecedoras de gêneros alimentícios e de madeiras são particularmente atingidas pela nova situação.

Após a Segunda Guerra Mundial, a abertura e dinamização dos mercados europeus importadores de madeira, esteve em consonância com a grande necessidade de madeira para a reconstrução de edifícios, indústrias e ferrovias, destruídas durante o conflito (...). Para o Brasil, particularmente, os anos após 1946 assinalaram, no setor da madeira, uma expansão, com a volta de muitos mercados europeus que se haviam retraído total ou parcialmente durante o início da década de 40" (LAVALLE, 1981, p. 50-51).

Por sua vez, o setor da produção agrícola e pecuária terá o estímulo da política desenvolvimentista:

A ocupação da fronteira agrícola no Vale do rio do Peixe e Oeste cumpria a função de integrar Santa Catarina no mercado nacional e atendia ao processo de industrialização- urbanização. As frentes pioneiras, sobretudo ítalo e germano-gaúchas, continuavam sua marcha com a exploração do trigo, milho e da suinocultura, bem como da madeira (...) A partir da década de 50, com a tendência ao "primário capitalista" e aos complexos agroindustriais, a exploração agropecuária e os alimentícios, nas duas regiões em pauta, tomam vulto" (CEAG, 1980, p. 190).

Os textos permitem compreender porque, na segunda metade da década seguinte, o Oeste Catarinense experimentaria novo surto colonizador, com incontestáveis levas de agricultores chegando do Rio Grande do Sul. Dessas, grande parte seguiria para o Paraná, alterando a situação fundiária do Oeste e Sudoeste daquele Estado. No Oeste Catarinense, as terras ainda não integradas à nova dinâ-

mica da propriedade – que vinha destruindo os últimos redutos de posses – serão definitivamente atingidas.

No caso dos indígenas, até mesmo as terras a eles reservadas, por Decretos reconhecidos dos governos estaduais, como as terras do Xapecó, seriam invadidas e sofreriam a ação do esbulho oficial.

Nesse processo, desde meados da década de 40, a empresa Luce, Rosa & Cia. acelera as vendas de terras a Oeste do Irani. Por essa época, essas eram praticamente as últimas terras da empresa ainda não alienadas a colonos. Abaixo da Barra do Lamedor, muitas colônias já estavam vendidas e ocupadas, e acima, entre o Lamedor e o Irani, nas terras dos Kaingang, a ocupação começara pela venda de alguns lotes da parte Sul.

Esgotados os meios de fazer os indígenas sair do Chimbanguê, por respeito aos documentos “legais” por ela apresentados, a Luce, Rosa & Cia. decide por alienar a maior parte das terras da área, entregando-a a terceiros para colonizar. Vai, porém, impor-lhes, na escritura de Compra e Venda, “a inclusão da condição que ficará a cargo dos compradores interessarem-se pela retirada dos intrusos hoje existentes na gleba de terras vendidas”. Pela referida escritura, vende a Severino e Giocondo Trentin a área de 1.576,89 hectares (pouco mais de mil e quinhentos hectares), dos quais 1.200 hectares dentro das terras do Chimbanguê, ficando os restantes 375 hectares a Oeste do Lamedor, fora da ocupação indígena.

É, exatamente, sobre esse processo, envolvendo as chamadas “frentes pioneiras do planalto” catarinense, que Silvio Coelho dos Santos (1970, p. 29-30) afirma: O caboclo e o índio saíam das terras em que as companhias tinham interesse, pela força das armas dos jagunços contratados, ou pela presença da justiça e da polícia constantemente manipulados pelos empresários, ou pela aquisição de benfeitorias pelos empresários.

A venda de terras da Luce, Rosa & Cia. para os Trentin ocorreu em abril de 1948. No posto Xapecó, a situação não era menos difícil.

Em agosto do mesmo ano de 48, um parecer de um funcionário do SPI reconhecia “legítimos direitos” nas pretensões de Alberto

Berthier de Almeida sobre terras dos índios do Chapecó. Selistre de Campos atacaria a posição do SPI em matéria publicada no "A Voz de Chapecó" (24-10-1948), com o título: "POBRES CAINGANGUES – O SPI DIZ SIM, NÓS DIZEMOS NÃO."

O ano de 1949 reflete bem a nova conjuntura econômica e política, o surto de expansão agrícola, de modo que tanto no Paraná, como em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, criam-se áreas florestais do estado em 26.600 hectares de terras tiradas de índios de Nonoai e Serrinha. No Paraná, pretexto de "regularização das terras", o acordo do SPI com o governo Lupion tira de seis áreas indígenas um total acima de 150 mil hectares de terra.

Em Santa Catarina, na área do Xaçepó, atuava como encarregado a esse tempo o funcionário Wismar da Costa Lima. Atendendo ao interesse de madeireiros e outros empresários da região, esse funcionário promoveu a retirada forçada dos Kaingang do Toldo Embu, chegando a transportar índios amarrados para retirá-los de lá. Fatos como esse levaram Selistre de Campos escrever, no "A Voz de Chapecó": "SPI SIGNIFICA SERVIÇO DE PERSEGUIÇÃO AOS ÍNDIOS".

Data de pouco tempo depois, o telegrama redigido por Diocleciano de Souza Nenê, então Inspetor do SPI no Paraná e Santa Catarina, a respeito do Xaçepó e do Irani:

Nr 50 de 14-12-51 dois motivos obrigaram (sic) vir aqui primeiro tomar conhecimento marcha processo referente derrubada pinheiros terras índios xapecosinho mando Aberto Berthier vg questão que não tive conhecimento ai vg falta a tribuo esquecimento chefia virtude minha ausencia nessa ocasião visto foto (sic) relacionasse questao terras estou autorizado tratar pr segundo motivo atender pedido procurada (sic) empresa Luce Rosa para retirar índios margens irani para P.I. Xaçeco caso direi relatorio PT. Deocleciano inspetor SPI (15).

Como se lê, a intenção do SPI era de atender o pedido da Empresa Luce, Rosa & Cia. O telegrama é de dezembro de 1951, e

em 52, o SPI chegava a um acordo com o Estado de Santa Catarina, em relação às terras dos Kaingang do Xaçepó e dos Xokleng do rio Hercílio.

O acerto tinha o estilo do Acordo de 49 com Moysés Lupion (PR): em troca e em nome da “regularização” e demarcação das terras, as áreas indígenas são reduzidas para atender ocupantes ou interessados. Tudo isso afrontando a Constituição Federal de 1946 (Art. 216) que garantia a inalienabilidade das terras ocupadas pelos índios. Por outro lado, as áreas como Rio dos Pardos (Xokleng) e Irani (Kaingang), que já constavam dos PROGRAMAS DE TRABALHO para regularização pelo SPI, simplesmente foram ignorados no acordo. Que dizer, então, daquelas que o SPI sequer buscava tomar conhecimento?

O trabalho de medição das duas áreas ocorreu em 1953 e 54, pelo qual se retirou dos Kaingang do Chapecó, entre outras, as áreas de Entre Rio, Chapecozinho (Bom Jesus) e Umbu.

De posse dessas áreas, o Estado pôde destiná-las ao que se propunha desde o começo: entregá-las aos madeireiros e latifundiários. Pelo Decreto n.º 49, de 21-12-56, o Governador de Santa Catarina aprovou contrato do Estado com Alberto Berthier de Almeida sobre uma área de terras no lugar Chapecozinho, pelo qual Berthier tomaria posse da área para retirar dela os pinheiros que lhe interessavam, sem isso ter qualquer ônus, uma vez que para as cláusulas que lhe atribuíam a execução de várias construções não há prazos ou forma de sanção. Esse famigerado Decreto é que daria motivo à longa série de mais de 30 artigos sobre a história das terras de Xaçepó, que o Dr. Selistre de Campos publicou até sua morte, em dezembro de 1957.

Após os anos 50: o Xaçepó e o Irani

A reserva do Xaçepó

A partir de meados da década de 50, definiam-se os novos limites da terra indígena do Xaçepó, que totalizam hoje 15.286 hectares (UFSC 1978, p. 20). Área de população majoritariamente Kaingang,

nessa época já contava há muitos anos com um grupo Guarani localizado na Limeira, próximo à margem esquerda do Chapecó. Tal grupo chegou ao Xapecó, vindo de migração do Paraguai, através de Misiones na Argentina, e pertence ao "sub-grupo" dos Mbyá. Parentes deles localizaram-se em Guarita (RS), Ibirama (SC), Mangueirinha (RS), etc.

O espírito do "desenvolvimentismo" toma conta do país nesse tempo (Governo Juscelino) e, também do SPI, que cada vez mais distanciava-se do que poderá ter sonhado Rondon, ao defender sua criação em 1910. O SPI passa a administrar as áreas indígenas com uma perspectiva de grande latifundiário e passa a explorá-las como suas grandes fazendas.

Nessa época, com a valorização da madeira e a riqueza dela nas áreas do Sul, o SPI lança-se à volúpia de vender madeira das terras indígenas, sobretudo ao grandes pinheirais. Contratos os mais irregulares são feitos com madeireiras para a retirada de tais riquezas e marcam pelo menos os últimos 20 anos da existência do SPI, uma tradição criminosa que seria fielmente continuada pela FUNAI. O índio que se opunha, o índio que levantasse dúvidas sobre a oportunidade ou vantagem de se vender madeiras, era considerado "rebelde" ou "vadio", e transferido a outros pastos, quando não era preso e espancado por ordem do Chefe do Posto. Para isso, os chefes do SPI criavam Guardas Indígenas, com hierarquia militar e, às vezes, até uniformes. Esses "soldados", "cabos", "sargentos" e "capitães", compunham o sistema repressivo que garantia a obediência dos demais índios, seja para aceitarem passivamente o roubo da madeira, seja para que aceitassem fazer a "roça do Posto".

No Rio Grande do Sul, a exploração da madeira nas áreas indígenas de Nonoai, Guarita, Cacique Doble e Paulino de Almeida (Ligeiro) provocou uma Sindicância do Gabinete Militar da Presidência da República, que analisou a "exploração indiscriminada das madeiras da área indígena, de 1944 a 1961". A grande beneficiada naquele fabuloso negócio fora a firma Herminio Tissiani & Cia. Ltda.

A grande mentira, a eterna desculpa, eram necessidades de atendimento e a construção de casa para os índios. Em áreas como

o Posto Xaçecó, de onde foram tirados no mínimo 150 mil pinheiros, até hoje não existem casas de madeira para todas as famílias indígenas e, parte quais estão inabitáveis²⁰. O grande lucro da exploração da madeira nas áreas indígenas desapareceu nos desvãos da corrupção generalizada do SPI e, depois dele, da FUNAI, e no próprio buraco sem fundo da folha de pagamento do órgão. Em resumo: os índios têm protegido e mantido, durante décadas, aqueles que supostamente os “assistem”.

É importante referir dois episódios singulares sobre Xaçecó:

1. A década de 60 o SPI, através de sua Inspetoria de Curitiba, abriu concorrência para venda de 10(dez) mil pinheiros da área do Xaçecó. A empresa J. B. Tonial & Filhos, de Xanxerê, venceu a concorrência.

Essa empresa, aparentemente com base no contrato que havia realizado com o SPI, transferiu parte de seus direitos a outras empresas da região. Disto resultou que em curto espaço de tempo cerca de 60.000 pinheiros foram cortados na área indígena (...) sabe-se que cerca de 30 empresas madeireiras atuaram na área entre 1964 e 1966 (SANTOS, 1981, p. 36).

Não era, entretanto, a primeira vez que se vendiam pinheiros no Xaçecó, até porque, no final da década de 50, uma empresa madeireira de Passo Fundo fora autorizada a retirar pinheiros nesta área em função de ter “faltado” da quantia que contratara para retirar em áreas do Rio Grande do Sul. Na região, é tradição corrente que, por contrato feito em 1965, Ernani Coutinho e Peluiz Pífero retiraram 55 mil dúzias de pinheiro nessa área, (que eram) assim repartidos: 43% para o SPI e 57% para as serrarias.

2. Em 1976, a própria FUNAI instalou no Xaçecó (e também em Mangueirinha (PR) e Guarita (RS) uma serra-fita moderna, com capacidade de processar até 3 mil dúzias de madeira por mês. O “Projeto Pinho” sempre foi apresentado à opinião como “aproveitamento de madeiras mortas”, mas a documentação oficial – e a prática – demonstrou

tratar-se de um projeto empresarial de esgotamento dos recursos das áreas indígenas. Paralelamente a ele, também nas áreas do Xapecó, como em Nonoai, Guarita e outras, a FUNAI desenvolveu seu "Projeto Soja", de lavouras mecanizadas e uso intensivo de pesticidas. Somente em Nonoai, plantava anualmente em torno de 500 hectares de soja (SANTOS 1981, p. 37-46; CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO 1978, p. 40-65).

A prática do SPI, de transformar as áreas indígenas em fonte de sustento da burocracia indigenista, pode ser comparada à visão do latifundiário tradicional, quando cotejada com a visão empresarial capitalista moderna, introduzida pela FUNAI, na década de 70. Daí que o SPI tenha praticado também os arrendamentos de terra indígena, permitindo assim a localização nessas áreas de milhares de famílias de agricultores não-índios ("colonos" e "brasileiros", na terminologia regional)²¹. A FUNAI não tomou iniciativas reais para resolver esse problema de "invasão" das áreas durante os seus primeiros 10 anos de existência, apesar dos inúmeros apelos dos indígenas (cf. CONSELHO INDÍGENA MISSIONÁRIO 1978). Finalmente, em janeiro de 1978, os Guarani de Rio das Cobras (PR) e em maio de 78, os Kaingang de Nonoai (RS) assumem a tarefa de, por si mesmos, "expulsar os colonos" de suas terras. A FUNAI hesita por algum tempo, até que decide não só apoiar os índios como, em outras áreas, incentivar os índios a fazer o mesmo, a fim de libertar as terras para seus (da FUNAI) projetos agrícolas. Foi o que aconteceu, por exemplo, na área do Xapecó, em meados de 1978.

Não bastasse a redução drástica das suas terras e a destruição da maior parte dos seus recursos naturais, os índios do Xapecó estão hoje ameaçados pela construção de três barragens no Projeto Hidrelétrico Uruguai, de responsabilidade para os seguintes pontos:

1. Fóz do Chapecozinho.....cota 430 m
2. Xanxerê Jusante = Voltão.....cota 534 m
3. Xanxerê Montante = S. Manela.....cota 609 m

Tais barragens, se construídas, inundarão em torno de 3.425 hectares, ou seja, cerca de 22,4 % da área total do Xapecó. Parte da área que será inundada, em torno de 1.775 hectares, é constituída de mata (sendo 1.350 ha. de mata inexplorada), totalizando 40% das áreas de mato do Xapecó (UFSC; 1978:75-91); SANTOS 1981, p. 39).

Das três barragens projetadas, a Xanxerê Montante teve sua construção iniciada e interrompida na década de 60. O reinício de suas obras foi definido em convênio firmado em janeiro de 89 entre o Governo de Santa Catarina e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS (Jornal de Santa Catarina, 31/01/89).

O Toldo Irani – Chimbangue

Chamados a transferir-se para o Xapecó, na década de 50, os Kaingang do Chimbangue resistem em sua terras. A aldeia do Chimbangue é pressionada a dar espaço aos “colonos”, e as famílias indígenas concentram-se na beira do Irani. Isso não impediu que, ainda no quadro da “POPULAÇÃO INDÍGENA” montado pelo SPI, em 1954, o Irani contasse entre “os índios que necessitam de assistência direta”.

A situação mencionada das áreas indígenas, que à época eram administradas pelo SPI, onde imperou “uma mentalidade verdadeiramente escravista”, com os índios trabalhando em “plantações do Chefe do Posto nas quais a mão-de-obra indígena era engajada à base de ameaças e castigos”, provocou um grande êxodo daqueles Postos. Por essa época, alguns Kaingang do Votouro (RS) procuraram abrigo e sossego entre os seus irmãos do Chimbangue, apesar da situação de espoliação da terra que esses já viviam (D’ANGELIS, 1984, p. 74).

As pressões sobre os Kaingang no Chimbangue aumentavam. A vida dos Kaingang, que ali permaneceram, será cada vez mais uma rotina de trabalho exaustivo sem recompensa. Na década de 60, restariam para os Kaingang, como terras livres, apenas cerca de 100 hectares nas margens do Irani, no lugar de um dos três núcleos de Habitações que tinham na área.

Ali concentrou-se, por isso mesmo, grande parte dos indígenas que resistiam em suas terras, enquanto as pressões já tinham feito mais alguns buscar trabalho a Leste do Irani, ou mesmo em regiões mais distantes. Outros Kaingang, por sua vez, mantinham-se espalhados em seu território tradicional, aceitando a condição de “agregado” (parceiro agrícola) de colonos para prover a subsistência de sua família.

A outros, restava ter seu ranchinho nas terras não tomadas, a beira do Irani, e garantir a sobrevivência da família no trabalho de “peão” (diarista), trabalhando para os colonos recém-chegados, especialmente nos serviços de roçar, carpir e colher.

À aceitação forçada da condição de “agregado” em cima de sua própria terra – por si só de um efeito psicológico negativo bastante forte – somou-se para, os Kaingang, a exploração que sofreu o parceiro agrícola nessa região, com a sobrecarga da exploração devido à discriminação étnica.

O início da década de 70 assistiria, na região, ao acelerado crescimento da agro-indústria, atrelada ao modelo econômico exportador. Incrementa-se sobremaneira a produção de aves (frangos e perus) e suínos, e consolida-se o milho como principal produto agrícola da região, atendendo à demanda daquelas criações.

O processo da concentração da terra agrava-se e, aliado a ele, a incorporação de toda a área não integrada à economia de mercado às exigências deste, levaria à tomada dos últimos cantinhos de terra livre ainda em poder dos Kaingang do Chimbanguê.

Os Kaingang procuram apoio junto aos funcionários da FUNAI no Xanxerê, mas a FUNAI não se interessa por sua situação. Porém, a partir dos primeiros sinais de reorganização da comunidade indígena no Chimbanguê, em 1979, alguns agricultores passam a usar da violência para tentar a expulsão definitiva dos índios, incluindo algumas tentativas de homicídio (Cf. D'ÁNGELIS, 1984, p. 77-79). Por sua vez, a FUNAI busca pressionar os Kaingang em 1981 – repetindo o SPI de 1951 – para que se transferissem ao Xaçecó.

A luta dos Kaingang do Chimbangue para recuperar sua terra encontraria, a partir daí, um novo e poderoso inimigo: FUNAI e sua burocracia. Além dela, toda uma conjuntura regional de interesses econômicos e políticos que se articulam com os órgãos oficiais, propondo-se a impedir a devolução da terra indígena e consequente transferência de 76 famílias de pequenos e médios proprietários rurais que a ocupam.

Para conseguir da FUNAI o andamento do Processo administrativo, pelo qual reivindicavam suas terras, os índios do Chimbangue recorrem à ameaça de agir por si mesmos e fazer a retirada dos colonos, em julho de 1984. Na seqüência, realizaram duas viagens de comissões a Brasília (dez 84 e março 86), sendo que a segunda comissão permaneceu na capital federal por três meses, obtendo a decisão favorável do grupo interministerial, em maio de 1986.

A violência contra os Kaingang na sua área foi retomada por colonos incentivados pela impunidade e a situação chegou ao ponto insustentável em agosto de 85, quando a aldeia indígena foi colocada sob cerco de 500 homens da Polícia Militar. A luta dos índios do Chimbangue realizou, no entanto, a façanha inédita de mobilizar amplos setores, dos mais expressivos da sociedade catarinense a exigir respeito aos direitos dos índios e uma Greve de Fome, recurso extremo adotado por 14 pessoas, em Florianópolis, no mês de setembro de 85, entre as quais estavam três Kaingang do Chimbangue. A solução da questão veio por Decreto Presidencial de 30 de dezembro de 85, e a indenização e reassentamento dos agricultores não-índios de metade da área, em 1986. Aos Kaingang coube cerca de 920 hectares entre o Irani e o Lambedor.

Conquistada a terra – à revelia da FUNAI – os Kaingang projetaram reorganizar sua vida e sua comunidade e planejaram recuperar a terra desgastada por anos de ocupação intensa e, muitas vezes, irracional, pelos colonos. A FUNAI, no entanto, não pode admitir a existência de uma comunidade indígena livre, não submetida, principalmente diante das evidências de uma organização

autônoma e das perspectivas de constituir-se ali uma área “modelo” para o povo Kaingang, enquanto nas áreas administradas pela FUNAI a situação dos índios é, em geral, bastante deprimente. Enfim, e em última análise, a FUNAI, estando dirigida pelo Conselho de Segurança Nacional, entendeu, por esta ótica vesga, que o Toldo Chimbangue representava uma ameaça.

Imediatamente, iniciaram-se as pressões da FUNAI – através do Administrador Regional Sebastião Fernandes, do agente Luiz Bavaresco e demais subalternos – para que os Kaingang do Chimbangue aceitassem a presença, na área, de um ‘Posto Indígena’, ou seja, um administrador do órgão. Diante da recusa firme dos índios, que se propunham construir uma área autônoma (embora aberta à presença e apoio de órgãos oficiais e não oficiais), a FUNAI introduziu na área do Chimbangue diversas famílias Kaingang desaldeadas (originárias de Votouro e Nonoai – RS) que viviam acampadas na periferia de Chapecó, para com elas criar uma “liderança” paralela na área, usando o Velho Clemente Fortes do Nascimento Xeyuyá, ex-cacique que havia sido demitido por sua comunidade no primeiro semestre de 86.

Para manter sua “liderança” paralela na área, a FUNAI não hesitou em manter com alimentação, transporte e até bebidas os índios desaldeados dentro do Chimbangue, contra a vontade da comunidade local, dona da área. Como ainda não permitisse à FUNAI atingir seus objetivos, chegou ao extremo a ação divisionista, autoritária e terrorista dos funcionários do órgão quando, em 1º e 2º de novembro de 1986, promoveram uma invasão armada no Toldo Chimbangue. Contaram, para isso, com a colaboração de índios assalariados do órgão, com destaque para Pedrinho Segseg (Xegxêg), de Guarapuava, e com a distribuição de dinheiro, armas e bebidas alcoólicas a outros índios do Rio Grande do Sul, desconhecedores da situação da área. A FUNAI fretou caminhões e colocou seus veículos na operação “bugreira”. Na invasão, vários Kaingang do Chimbangue saíram feridos (alguns, gravemente baleados) e, com a presença e orientação do citado Administrador Sebastião

Fernandes e demais funcionários de Chapecó, 11 famílias Kaingang do Chimbangue foram retiradas da área e jogadas com suas mudanças na periferia daquela cidade. Os planos iniciais da FUNAI eram de retirar da área do Chimbangue 15 das 30 famílias Kaingang originárias dali e que tinham feito a luta de reconquista daquela área, sendo todas, inclusive, relacionadas pela própria FUNAI no processo de reconhecimento da área indígena em 1984.

Impossível não comparar essas ações com as dos Governos Provinciais do século XIX, lançando uns grupos Kaingang contra outros, armando índios contra índios, assalariando “bugreiros”, como no caso de Pedro Segseg, Condá redivivo de Guarapuava. Hoje, a maioria dos culpados nesse crimes está indiciada em processo judicial, mas há justiça em Santa Catarina ...!? Enquanto isso, os “índios mansos” da FUNAI continuam invasores na terra dos Kaingang do Chimbangue.

Conclusão

O presente trabalho pretendeu responder – de forma introdutória – a pelo menos uma questão: por que foi e como foi que o vasto território dos Povos Kaingang – e o próprio povo – foi dominado no período dos últimos 180 anos.

Buscou-se apontar a pista de solução dessa questão para as necessidades da economia regional/nacional/internacional que ora decidiu incorporar os campos à economia pastoril em expansão, ora ocupou os ervais e explorou as madeiras, ora requereu as terras para seu modelo colonizador agrícola. Diante dos interesses econômicos não havia perspectiva ecológica, nem direitos históricos, nem respeito humano que valesse a pena ser considerado: o Oeste Catarinense foi devastado, tanto físico como culturalmente.

A mola mestre, portanto, da conquista e povoamento do Oeste não foi jamais a curiosidade, o desejo de aventura, o pioneirismo e o espírito desbravador. A mola propulsora são os interesses econômicos mais amplos, que nem são muitas vezes os do próprio pos-

seiro ou do colono pioneiro. Nos últimos séculos, a economia capitalista internacional dirigiu essa ocupação de forma distante, às vezes anárquica, apenas pela sua dinâmica própria de relações econômicas baseadas na exploração da mão-de-obra e na economia de mercado, com sua necessidade de permanente expansão.

Nesse processo, a “frente pastoril” não necessita do indígena como mão-de-obra. O que ela busca são terras para expandir-se e, portanto, ela quer apenas a terra indígena. Daí que ela busque afastar o indígena e garantir que ele não será constante ameaça. Por isso, chama a atenção o fato de que nessa história que buscamos traçar, a partir de Guarapuava, a frente pastoril tenha buscado a participação indígena, evidentemente não como agente da economia pastoril. O “índio manso” que os fazendeiros precisam – e criam – é o índio submetido, dominado, vencido que se alia ao colonizador e aceita o papel de ser instrumento da dominação contra seus irmãos. Muito tarde o colonizado, o dominado, percebe o fato: quando entende que os fazendeiros não vão lhe respeitar nem um plano de terra para que sobreviva, descobre que não há lugar reservado para ele no mundo do fazendeiro.

Na seqüência dessa ocupação do Oeste, a indústria extrativa da erva vai precisar de mão-de-obra barata na região e de “poucas exigências” salariais. Essa “frente extrativa” se interessa pelo índio. Queremos dizer: interessa a ela engajar o índio no corte da erva. Aqui o indígena descobre que, ao fim, pode haver algum lugar para ele na sociedade do homem branco: a disputa do emprego como mão-de-obra barata. Vai tentar o mesmo lugar junto à indústria madeireira, mas aqui vai enfrentar a disputa do mercado de mão-de-obra com os pobres caboclos, cada vez em maior número expulsos das terras pelas colonizadoras.

Em outro momento, uma avalanche de gente entra pelas terras e as moradoras se multiplicam. É a frente agrícola que atinge finalmente seu território. As terras são parceladas e negociadas. Nas vilas, os homens de poder e os fortes comerciantes já não são os velhos caboclos, seus conhecidos, que também perderam lugar no

processo de colonização pelos estrangeiros. Os “de origem”, os “colonos”, estão por toda parte. Vai o índio disputar com o “brasileiro” as empreitadas dos novos ocupantes: derrubar mato, queimar, limpar roças. Até a Igreja agora lhe é estranha, a ele que já se acostumara a batizar os filhos para ter compadres “brasileiros”. Até as igrejas lhes são estrangeiras e não há lugar para o “bugre”.

Pergunta-se então: “bugre” é diferente de “índio”? Não! “Bugre” é índio dominado, atingido pelo preconceito do colonizador que se refere a ele usando um termo depreciativo. Será o “bugre” o triste fim dos primeiros povoadores do Oeste? Não! A história tem mostrado que os povos dominados “acordam”. Quando acordam, abandonam a ilusão de voltar ao “paraíso perdido” e assumem – como diz Paulo Freire – o “risco histórico” de ser sujeitos de si. Nesse processo, é inevitável que tomem consciência das contradições de classe existentes na sociedade dos “brancos”, e que eles desconfiam em suas culturas tradicionais. E assim ‘armados’ com essa visão histórica, os povos indígenas estão aí, ocupando espaços cada vez mais importantes na imprensa e na sociedade como um todo e construindo propostas para o seu projeto histórico.

Assim, o presente trabalho delinea o campo da investigação, deixando evidentes as lacunas ou pontos fundamentais que uma pesquisa histórica da região pode e deve avançar. Há muito o que procurar saber dessa experiência histórica dos povos indígenas no Oeste Catarinense, como agentes econômicos e políticos nas diferentes conjunturas e ciclos da região. O que quer dizer, por exemplo, do momento recente em que o capitalismo decide “tolerar” os índios, mas não admite a exclusão das suas terras do processo concentrador de renda e passa a ter, na FUNAI, o seu grande agente econômico para colocar as terras dos índios a serviço do capital?

E vale apontar aqui também – se desejarmos um resgate cultural na busca de uma identidade regional -, que há uma grande lacuna na pesquisa regional sobre os conhecimentos tradicionais indígenas da fauna, da flora (aqui incluída a fitoterapia) e das diversas tecnologias indígenas de aproveitamento, adaptação e respeito aos

recursos naturais. Quem conhecerá melhor as potencialidades naturais da região do que esses povos? Serão os europeus que aqui estão há menos de 200 anos e já são responsáveis por um seríssimo desequilíbrio ecológico?

Por fim, as próprias questões aqui levantadas deixam perceber que uma revisão da história indígena permite – e até exige – uma revisão crítica de nosso próprio papel na história? Teremos construído – no lugar dos territórios indígenas – uma sociedade atenta aos interesses da maioria?

Não é preciso ser profeta para dizer que num futuro próximo conheceremos intelectuais indígenas que cobrarão aqui no Oeste o sangue derramado dos povos vencidos. Temos algum tempo até lá para repensar a história que estamos contando do Oeste de Santa Catarina.

Notas

* Artigo publicado nos Cadernos do CEOM v. 4, n. 7 (1989).

** Wilmar D'Angelis é indigenista, lingüista, professor de Línguas Indígenas na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisador autônomo da história indígena do Sul do Brasil.

¹ Ver CADERNOS DO CEOM. Chapecó, FUNDESTE, 4 (01/02), ed. , 1989.

² Rio Branco, com base no relato do próprio espanhol, inclui o mapa "Itinerário de Cabeza de Vaca" na sua "Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentam ao Presidente dos Estados Unidos da América ..." New York, Governo dos Estados Unidos do Brazil, 1894. Vol. V – Apêndice Porto Alegre, Martins Livreiro, 1985, p. 35).

³ "Manuscritos da Coleção de Angelis – I – ..." – Carta Anua de 02-07-1628. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, p. 295.

⁴ "Manuscritos da Coleção de Angelis – I – Jesuítas e Bandeirantes no Guaíra (1549-1640)". Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1951, p. 298.

⁵ "Manuscritos da Coleção de Angelis – I – ..." – Carta Anua de 02-07-1628. Rio de Janeiro,

⁶ Carta Régia de 05 de novembro de 1808, do Príncipe Regente Dom João VI ao Governador e Cap. General da Capitania de São Paulo, Antonio Joseph F. e Horta. In: MOREIRA NETO, 1972: 408.

⁷ Legenda do Mapa n.º 4, Fazendas dos Campos de Palmas.

¹ Fazenda de Feliciano A. Ferreira

² Fazenda Saudades; Elias F. Pacheco

³ Fazenda Saudadinha; Pedro F. Bello

⁴ Fazenda Galvão; Sansão A. Carneiro

⁵ Fazenda São Miguel; Francisco Araújo Pimpão

⁶ Fazenda Boa Vista

⁷ Fazenda São Domingos; João M. Carneiro

⁸ Fazenda Rodinha; João Vaz de Oliveira

- ⁹ Fazenda Rodinha; Antonio de Faria
- ¹⁰ João Laurindo
- ¹¹ Antonio Maciel e Outros
- ¹² Estêvão R. do Nascimento
- ¹³ Fazenda Conceição; Gertrudes Ribas
- ¹⁴ Fazenda Trindade; Maria do Pilar Bello
- ¹⁵ Fazenda Santa Cruz; Joaquim Pacheco
- ¹⁶ Fazenda Chopim; Gertrudes Ribas
- ¹⁷ Fazenda Cruzeiro; Antonio J. do Amaral
- ¹⁸ Fazenda S. Tecla; Firmino M. dos Santos
- ¹⁹ Fazenda Sant'Anna F. Jesus
- ²⁰ Fazenda Salto; Magarida de Jesus
- ²¹ Fazenda Caldeiras; Luiz L. S. Menezes
- ²² Fazenda Estância Nova; Teixeira Vivida
- ²³ Fazenda Quiguay; Francisco Sá Ribeiro
- ²⁴ Fazenda Norte; Rufino Ribas
- ²⁵ Santo Antonio e São Francisco
- ²⁶ Fazenda Ressaca; Zeferino Bueno
- ²⁷ Tigre e Amparo; Antonio Maciel
- ²⁸ Campo do Carrão; João Pimpão de Araújo
- ²⁹ Marrecas; Lucio Iria de A. Gavião
- ³⁰ Alegrete; Maria Isabel B. Almeida
- ³¹ Fazenda Roseira; Manoel I. Araújo Pimpão
- ³² Fazenda Cruz Alta; Raimundo M. de Almeida
- ³³ Fazenda Campo Alto; Raimundo M. de Almeida
- ³⁴ João Vic, Padilha
- ³⁵ Tomaz Padilha
- ³⁶ Procópio Luiz da Costa
- ³⁷ Rio Caçador: Cia. SP: RS
- ³⁸ Rio das Antas: Cia. SP-RS
- ³⁹ Rio Preto: Cia. SP-RS
- ⁴⁰ Rio das Pedras: Cia. SP-RS
- ⁴¹ 15 de Novembro – Cia. SP-RS
- ⁴² S. Bento-Antonio F. dos Santos
- ⁴³ S. Bento. Pedro Só Ribas Nhonhô
- ⁸ As Freguezias eram as unidades administrativas do Império, em função da concordata entre a Igreja Católica e o Governo Imperial. Correspondiam ao que hoje são as jurisdições dos Cartórios de Imóveis, e na sua sede – nos livros da Igreja – se faziam os registros de terrenos e direitos de posse.
- ⁹ Ofício do Comandante do Destacamento em Palmas, Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira, ao presidente da Província de São Paulo. Palmas, 2 de novembro de 1840. Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 230, Pacote I, Documento 44, Ordem 1025.
- ¹⁰ Os aldeados possuíam armas de fogo (Nota do autor).
- ¹¹ Depoimento do Kaingang José Pénuekã, da Aldeia Bananeiras, Nonoai, ao autor. Em 12-04-1984. Arquivos do CIMI Regional Sul, Xanxerê – SC.
- ¹² Ofício do Tenente Coronel Eng^o Henrique de Beaurepaire Rohan ao Presidente da Província do Paraná, o Conselheiro Zacarias G. Vasconcelos, na abertura da Assembléia Provincial, em 8 de fevereiro de 1855. Curitiba, Tip. Paranaense, 1855. P. 120.
- ¹³ Cópia da Carta de Jesuino Marcondes apud Fleury (1864).
- ¹⁴ Relatório de Manoel Marcondes de Sá, de 25-11-1864. Anexo da Carta referida na nota anterior.
- ¹⁵ No contexto do século XIX, o “Xaçecó” significa o Toldo Kaingang à margem esquerda do rio Chapecó, na altura do passo da Estrada de Palmas para o Sul. No século XX grafaremos

"Xaçecó" para significar a área reservada aos Kaingang em 1902 entre os rio Chapecó e Chapecozinho.

¹⁶ Ofício do Dir. Aldeamento de Palmas, Pedro Ribeiro de Souza. Arquivo Nacional /Rio de Janeiro. Divisão de Documentação Escrita. Seção de Poder Executivo. Caixa 1154 Pacote 2 Doc. n.º 290. Grifos nossos. Biblioteca Nacional, p. 295.

¹⁷ Há uma Carta da Província do Paraná, editada pelo Arquivo Militar em 1866, que traz esse rio com o nome de Chapecó angrê. No Matar Corográfico da Província do Paraná, de J. H. Ellioth, de 1885, o mesmo rio aparece como Chapecó Arengró. Pelo fato de que em toda sua extensão o rio Chapecozinho corre quase "paralelo" ao Chapecó, de Leste para o Oeste, possivelmente se trata de uma denominação Kaingang que corretamente seria Xapetho Réngre, ou seja, "companheiro de Chapecó", ou ainda, "Chapecó dois". Os mapas referidos estão no Arquivo Público do Paraná, catalogados respectivamente sob os n.º 91 e 33.

¹⁸ as datas são da expedição dos títulos. Os registros originais são todos do século XIX.

¹⁹ O relato desse fato é do Kofá Francisco Fernandes Kaneigrã ao autor em 1981. O Sr. Selistre de Campos também registra o fato, com suas palavras, em documentos inéditos sobre a história do Xaçecó.

²⁰ Segundo denúncia do Presidente do Conselho dos Kaingang do XAPECÓ, Vicente Focãe Fernandes, "em 1957 havia 335 mil pés de pinheiros araucária na reserva: atualmente restam dois mil pés". (A NOTÍCIA. Joinville, 03-05-1989, p. 07).

²¹ Documento arquivado em Microfilme no Centro de Documentação Etnológica do Museu do Índio/FUNAI. Rio de Janeiro. Sob referência: Filme 070, Planilha 776.

²² O SPI foi extinto em 1967, numa manobra do governo militar para melhorar a imagem do país no exterior, muito desgastada pelas freqüentes denúncias de ações de genocídio contra índios do Brasil. Em seu lugar foi criado a FUNAI, em dezembro do mesmo ano. Pode-se dizer que o SPI mudou de nome em 1967.

Referências

BANDEIRA, Joaquim José Pinto. Notícia da Descoberta do Campo de Palmas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 (4): 425-237, 1851.

BECKER, Ítala Irene Basile. **O índio Kaingang no Rio Grande do Sul. Pesquisas**, Antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas. (29): 1-334, 1976.

BORBA, Telêmaco. **Atualidade Indígena** . Curitiba, Imprensa Paranaense, 1908.

CAMPOS, Antonio Selistre de. **Índios de Chapecó e suas terras**; Manuscrito Inédito. Chapecó, 1950.

CARNEIRO, Daví. **Descobrimto dos Campos de Guarapuava**. Investigações, São Paulo, (39): 65-92, 1952.

CEAG – CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina**: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960). Florianópolis, CEAG/SC, 1980.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Nonoai: em busca dos seus caminhos livres. Luta Indígena**, Xanxerê, CIMI, (6), 1978. D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Viry e a revolta de Vaiton – Palmas 1843. **Luta Indígena, Xanxerê**, CIMI, (19): 2-12, 1983.

_____. **Toldo Chimbanguê: história e luta Kaingang em Santa Catarina**. Xanxerê, CIMI Regional Sul, 1984.

DOMINGUES, Moacir. A conquista das Missões: um enigma histórico. **Anais do I Simpósio Nacional de Estudos Missionários**. Santa Rosa, Fac. de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1981, p. 186-199.

EHLKE, Cyro. **A conquista do Planalto Catarinense**: (1ª fase); Bandeirantes e Tropeiros do “Sertão de Curitiba”. Florianópolis, Laudes, 1973.

ELLIOTH, João Henrique. Aricó e Caocohée. **Ilustração Paranaense** – Suplemento. Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1980a. (Edição fac. similar).

_____. Aricó e Caocohée – **ou uma voz no deserto. Jasmin**. Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1980b. (Edição fac. similar).

FERNANDES, Loureiro. Os Caingangues de Palmas. **Arquivo do Museu Paranaense**. Curitiba, (1): 161-223, 1941.

LAVALLE, Aida Mansoni. **A madeira na economia paranaense**. Curitiba, Grafipar, 1981.

Laytano, Dante. Populações indígenas: estudos históricos de suas condições atuais no Rio Grande do Sul. **Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, (7): 1957.

LIMA, Francisco das Chagas. **Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava**. Revista do Instituto e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 4 (13): 43-64, 1842.

MACEDO, F. R. Azevedo. **Conquista Pacífica de Guarapuava**. Curitiba, GERPA, 1951.

MÉTRAUX, Alfred. **Os Kaingang**. Curitiba, ANAÍ- PR, 1979.

MONTOYA, Pe. Antônio Ruiz de. **Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas províncias do Paraguay, Uruguai e Tape**. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1985.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Alguns dados para a História recente dos índios Kaingang. In: Grunberg, Georg (Coord.). **La situación del Indígena em América del Sur**. Montevideo, Tierra Nueva, 1972, p. 381-419.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Notícia raciocinada sobre as aldeias de índios da Prov. De São Paulo desde o seu começo até a atualidade. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 8, 1867. Reedição.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis, BRDE, 1982.

_____. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis, Ed. da UFSC; Lunardelli, 1983.

RIESEMBERG, Alvir. Condá e Viri. In: **A nau São Sebastião**. Curitiba, Inst. Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1978, p. 69-83.

SAMPAIO, Theodoro. **O Tupí na Geographia Nacional**. São Paulo, Teixeira, 1928.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **A integração do índio na sociedade regional: a função dos postos indígenas em Santa Catarina**. Florianópolis, UFSC, 1970.

_____. **Indigenismo e Expansão Capitalista: faces da agonia Kaingang**. Cadernos de Ciências Sociais. Florianópolis, UFSC, 2 (2), 1981.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Projeto Uruguai: os barramentos e os índios e os índios**. Florianópolis, 1978. (mimeografado).

Valle, Manoel Duarte Bogia do. Instalação da Coletoria do Teodoro de Guarapuava, em julho de 1861. **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, 11, 1983.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. O 'Uti Possidetis' brasileiro na questão de Palmas. **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, (35): 195-217, 1979.

Fontes primárias

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. "Exposição que os Estados Unidos do Brazil apresentam ao Presidente dos Estados Unidos da América como árbitro – segundo as estipulações do tratado de 7 de setembro de 1889, concluindo entre o Brazil e a República Argentina." New York, 1894, 6 volumes.

Carta de André Augusto de Pádua Fleury ao Sr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, com vários anexos. Original e cópia. Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 272 Maço 4 Pasta 7 Doc. n.º 1. 1864: 37 pp.

Ofício de José Joaquim Machado de Oliveira ao Pres. da Província de São Paulo, de 12-08-48. Divisão Arquivo do Estado de São Paulo. C 230, p. 2, D 15, 0-1025.

SÁ, Manoel Marcondes de. Relatório anexo da Carta de André Augusto de Pádua Fleury, com data de 25-11-1864. Arquivo Histórico do Itamaraty Lata 272 Maço 4 Pasta 7 Doc. n.º 1.

VASCONSELLOS, Zacarias de Góes e. Relatório do Presidente da Província do Paraná o Conselheiro Vasconsellos na Abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 8 Fev. 1855. Curitiba, Typografia Paranaense, 1855.

Jornais

HÉGRÉVILLE, Eng.º. Relatório do Eng.º Hégreville sobre a estrada de Palmas a Missões. **O Dezenove de Dezembro**. Curitiba, 53, 1º abr. 1857.